



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE DE  
GESTÃO

**Guia para Avaliação Pedagógica de alunos com surdez no Atendimento Educacional  
Especializado (AEE)**

Florianópolis, SC  
2024

Fernanda Karen Bruggemann Fauz Andrade

**Guia para Avaliação Pedagógica de alunos com surdez no Atendimento Educacional Especializado (AEE)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Controle de Gestão.

Orientador: Prof.(a) Denize Demarche Minatti Ferreira, Dra.

Florianópolis, SC

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Andrade, Fernanda Karen Bruggemann Fauz  
Guia para Avaliação Pedagógica de alunos com surdez no  
Atendimento Educacional Especializado (AEE) / Fernanda  
Karen Bruggemann Fauz Andrade ; orientadora, Denize  
Demarche Minatti Ferreira, 2024.  
83 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade  
Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa  
de Pós-Graduação em Controle de Gestão, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Controle de Gestão. 2. Avaliação Pedagógica. 3. AEE.  
4. Surdez. 5. Habilidades. I. Ferreira, Denize Demarche  
Minatti . II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Controle de Gestão. III. Título.

Fernanda Karen Bruggemann Fauz Andrade

**Guia de Avaliação Pedagógica no Atendimento Educacional Especializado na área da  
Surdez**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa Viviane Theiss, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Hans Michael Van Bellen, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Kleber Martiniano da Costa, Msc.  
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Controle de Gestão.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Denize Demarche Minatti Ferreira, Dra.  
Orientadora

Florianópolis, SC  
2024

Este trabalho é dedicado à minha família, especialmente ao meu esposo e aos meus filhos amados, cujo amor e apoio tornaram possível esta jornada acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pelo apoio, carinho, paciência e por compreenderem os momentos de ausência.

À minha orientadora, Professora Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira, que esteve sempre ao meu lado, me acalmando, orientando e acolhendo nos momentos em que precisei. Agradeço pelo carinho, gentileza e parceria.

Aos colegas do mestrado, que foram grandes parceiros neste processo.

Aos colegas de trabalho, pelo carinho, apoio constante e compreensão nos momentos de cansaço e distanciamento.

À Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), pela oportunidade de realizar este mestrado, apoiando e motivando meus estudos e a realização desta pesquisa.

À Universidade Federal de Santa Catarina e a todos os professores do curso, pelo carinho, dedicação e alta qualidade de ensino oferecida.

## RESUMO

A avaliação é um processo importante na prática educativa que permeia todo o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, deve ocorrer com o propósito de melhorar a aprendizagem dos educandos e a forma de ensiná-los. É por meio da avaliação que os professores coletam informações sobre o aprendizado dos educandos e definem as intervenções, caminhos e mudanças necessários no processo educativo. Este estudo tem como objetivo instrumentalizar os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) na avaliação pedagógica dos educandos surdos, através da elaboração de um guia com um conjunto de habilidades a serem observadas e avaliadas ao longo do processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, adotou-se a metodologia de pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando levantamento de dados bibliográficos e documentais. Para contribuir com a resposta ao problema, foi realizado um levantamento (survey) com aplicação de questionário aos professores e profissionais de apoio pedagógico que atuam diretamente com o público surdo. Esses profissionais atendem, avaliam e orientam as práticas pedagógicas. Os resultados mostraram que os professores valorizam uma avaliação qualitativa considerando contextos individuais e experiências de aprendizagem, abrangendo habilidades linguísticas, sociais, cognitivas e comportamentais. Alguns professores demonstraram incerteza sobre o que avaliar, destacando a necessidade de recursos claros. Foi desenvolvido um guia para o AEE, aplicável a todos os AEEs da Rede Regular de Ensino, abrangendo aspectos sociais, cognitivos, linguísticos e competências em libras e português escrito, com sugestões para incluir habilidades motoras, adaptativas e emocionais. A presença desse modelo auxiliará os professores a ter uma visão mais clara e abrangente sobre os alunos e, conseqüentemente, contribuiria no desenvolvimento e direcionamento de melhores estratégias de ensino. Espera-se que o Guia, elaborado como um recurso técnico para os professores do AEE Surdez e, por conseguinte, para os gestores da instituição, contribua para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Avaliação Pedagógica. AEE. Surdez. Habilidades.

## ABSTRACT

Assessment is an important process in educational practice that permeates the entire teaching-learning process. Therefore, it must occur with the purpose of improving students' learning and the way they are taught. It is through assessment that teachers collect information about students' learning and define the necessary interventions, paths and changes in the educational process. This study aims to equip professionals from the Atendimento Educacional Especializado (AEE) of the Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) in the pedagogical assessment of deaf students, through the elaboration of a guide with a set of skills to be observed and evaluated throughout the course teaching-learning process. To this end, an exploratory and descriptive research methodology was adopted, with a qualitative approach, using a survey of bibliographic and documentary data. To contribute to the answer to the problem, a survey was carried out with a questionnaire applied to teachers and pedagogical support professionals who work directly with the deaf public. These professionals assist, evaluate and guide pedagogical practices. The results showed that teachers value a qualitative assessment considering individual contexts and learning experiences, covering linguistic, social, cognitive and behavioral skills. Some teachers expressed uncertainty about what to assess, highlighting the need for clear resources. A guide for the AEE was developed, applicable to all AEEs in the Regular Education Network, covering social, cognitive, linguistic aspects and skills in Libras and written Portuguese, with suggestions to include motor, adaptive and emotional skills. The presence of this model will help teachers to have a clearer and more comprehensive view of students and, consequently, would contribute to the development and guidance of better teaching strategies. It is expected that the Guide, prepared as a technical resource for AEE Deafness teachers and, consequently, for the institution's managers, will contribute to improving the quality of the teaching-learning process.

**Keywords:** Pedagogical Assessment. AEE. Deafness. Skills.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Matrículas na educação especial em classes comuns.....	14
Figura 2- Matrículas na educação especial em classes exclusivas.....	15

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Perfil dos respondentes.....	34
Quadro 2- Opinião dos profissionais sobre a necessidade de instrumento norteador para orientar na avaliação do educando surdo.....	43

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
DA	Deficiência Auditiva
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
IE	Intérprete Educacional
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
Libras	Língua Brasileira de Sinais
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PNEEPEI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SED	Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1	OBJETIVOS .....	13
<b>1.1.1</b>	<b>Objetivo Geral.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>14</b>
1.2	JUSTIFICATIVA .....	14
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
2.1	SURDEZ E O SUJEITO SURDO .....	17
2.2	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE).....	20
2.3	AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	24
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
3.1	ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	28
3.2	COLETA DE DADOS .....	29
<b>3.2.1</b>	<b>População e Amostra.....</b>	<b>31</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Aspectos Éticos.....</b>	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>33</b>
4.1	O QUESTIONÁRIO.....	33
<b>4.1.1</b>	<b>Perfil dos Respondentes .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Percepções e análises do processo de avaliação do educando surdo e das possíveis dificuldades.....</b>	<b>35</b>
4.2	PROPOSTA DO GUIA PARA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DE ALUNOS COM SURDEZ NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) - (PRODUTO TÉCNICO).....	46
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>
	<b>APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa (Questionário) .....</b>	<b>57</b>
	<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE C – Produto técnico e/ou prática de controle de gestão .....</b>	<b>64</b>
	<b>ANEXO A – Parecer CEPESH/UFSC.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da educação inclusiva se expandiu entre o final do século XX e início do século XXI, influenciada pelos discursos de democratização da escola e universalização da educação básica. A partir desse momento, percebeu-se a necessidade de projetos educacionais que garantissem o acesso à educação para todos, promovendo a inclusão social das minorias que, até então, não tinham oportunidades educacionais e sociais (Bernardo; Santos, 2020).

Segundo Bernardo e Santos (2020), é importante articular o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Tal necessidade reside em um trabalho colaborativo, com compartilhamento de saberes e experiências; ações conjuntas para levantar alternativas pedagógicas que contribuam para a inclusão dos alunos, identificando limites e possibilidades; criar estratégias e materiais didáticos adequados; além da avaliação e do acompanhamento do desenvolvimento dos alunos no percurso escolar.

De acordo com a Resolução nº 4 de 2009, alunos com deficiência, que são os que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, são considerados público-alvo do AEE. Nesse contexto, incluem-se os educandos com surdez, que têm na Lei n. 10.436 de 2002, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil, posteriormente regulamentada pelo Decreto n. 5.626 de 2005.

Oliveira e Ferraz (2021) ressaltam que as escolas regulares devem assegurar aos educandos com surdez uma Educação Especial dentro da perspectiva inclusiva, mediante o acesso ao AEE, bem como à educação bilíngue com presença do Intérprete Educacional (IE). Nessa concepção de educação bilíngue, o AEE na área da surdez do estado de Santa Catarina tem como objetivo principal o ensino de duas línguas aos educandos surdos: a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita.

Nessa perspectiva, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), instituição pública estadual vinculada à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED), possui em sua estrutura organizacional o Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). Este centro promove ações voltadas às pessoas com surdez, buscando oferecer um atendimento de qualidade por meio de uma abordagem bilíngue, que visa incentivar as trocas e interações sociais, respeitando a experiência visual e linguística do sujeito surdo. O objetivo é garantir uma comunicação eficaz e fluente, refletindo

positivamente no desenvolvimento do educando. O CAS tem o propósito de ser um espaço de investigação e produção de alternativas metodológicas, onde são desenvolvidas atividades focadas em um melhor atendimento ao sujeito surdo e em uma intervenção eficaz no processo educativo.

Um dos serviços oferecidos no CAS aos educandos surdos é o AEE Surdez, que está dividido em AEE Libras e AEE português. Seu foco principal é o ensino e a aquisição da Libras como Primeira Língua (L1) e do português escrito como Segunda Língua (L2), visando o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social do educando com surdez.

Durante todo o processo de ensino e aprendizagem, os profissionais que fazem parte do AEE Surdez necessitam avaliar o aprendizado dos alunos surdos, a aquisição e aprendizagem das duas línguas, além do desenvolvimento global desses educandos.

De acordo com as Diretrizes para o AEE na Rede Regular de Ensino de Santa Catarina, os profissionais que compõem esse serviço têm um conjunto de atribuições que facilitam a compreensão do trabalho a ser desempenhado. Entre as funções a serem executadas pelos profissionais do AEE Surdez está a elaboração anual de um relatório descritivo e individual de cada educando surdo, detalhando a sua evolução, os aprendizados, o nível linguístico, além de todo o trabalho desenvolvido com ele (Santa Catarina, 2021).

Entretanto, mesmo que os profissionais tenham clareza de suas atribuições e consigam desempenhar seu trabalho, percebendo evolução no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com surdez, por meio de observações empíricas e análise dos registros produzidos nos relatórios anuais, os profissionais têm demonstrado dificuldades na elaboração desse relatório pedagógico. Essas dificuldades incluem a identificação dos componentes essenciais do relatório descritivo e individual, as habilidades que precisam ser contempladas, observadas e avaliadas, e como está ocorrendo o aprendizado da Libras e do Português escrito de cada educando surdo.

Diante desse contexto, e considerando tanto as dificuldades enfrentadas pelos profissionais quanto a necessidade de identificar um conjunto de habilidades a serem observadas e avaliadas no decorrer dos atendimentos, a problemática que se busca responder é: **Como instrumentalizar os profissionais do AEE na realização da avaliação pedagógica dos educandos com surdez?**

## 1.1 OBJETIVOS

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos.

### 1.1.1 Objetivo Geral

Elaborar um instrumento que auxilie os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na realização da avaliação pedagógica dos alunos com surdez.

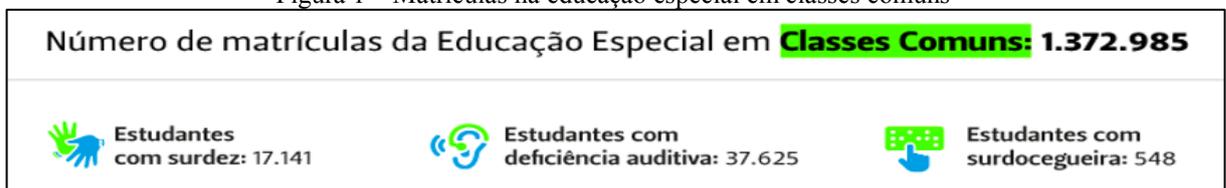
### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as percepções dos professores do AEE em relação à avaliação pedagógica dos educandos com surdez;
- b) Indicar um conjunto de habilidades e competências a serem observadas/avaliadas nos educandos surdos durante os atendimentos no AEE;
- c) Elaborar um Guia para auxiliar os profissionais do AEE na construção do relatório pedagógico descritivo.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

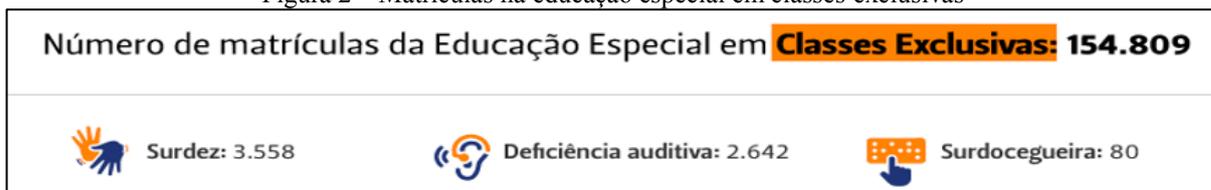
No Brasil, 1,5 milhão de estudantes da educação básica apresenta alguma deficiência e estão matriculados em turmas da educação especial. Entre os 47,3 milhões de estudantes da educação básica, 61.594 apresentam alguma deficiência relacionada à surdez. É possível encontrar três perfis desses educandos nas classes comuns (que reúnem educandos com e sem deficiência) e nas classes exclusivas para deficientes: surdos; com deficiência auditiva; e surdocegos (INEP, 2023). As Figuras 1 e 2 apresentam os números de matrículas em classes comuns e exclusivas.

Figura 1 – Matrículas na educação especial em classes comuns



Fonte: Censo escolar, 2022 (INEP).

Figura 2 – Matrículas na educação especial em classes exclusivas



Fonte: Censo escolar, 2022 (INEP).

As Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva dispõem sobre a oferta do AEE e destacam que esse atendimento assegura que os educandos aprendam conteúdos distintos do currículo do ensino comum, sendo necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (Figueiredo, 2010).

O AEE na área da surdez no estado de Santa Catarina e do CAS/FCEE tem como objetivo a promoção do ensino e da aprendizagem da Libras e do português escrito, em uma abordagem pedagógica que respeite a experiência visual e linguística do aluno surdo ou com deficiência auditiva (Santa Catarina, 2009).

Esse trabalho deve ser desempenhado por profissionais qualificados e fluentes em Libras para que possam realizar com qualidade a proposta do serviço. No entanto, além de dominar a língua, é necessário conhecer o sujeito surdo. Para isso, o profissional precisa entender sobre a cultura surda, o desenvolvimento de linguagem e de língua do sujeito surdo, como ocorre seu aprendizado e o desenvolvimento cognitivo, a importância das interações sociais, entre outras particularidades. Desta forma, o professor poderá avaliar com mais profundidade o educando com surdez, promovendo melhores condições de acessá-lo.

As Diretrizes para o AEE da Rede Regular de Ensino apresentam as atribuições dos profissionais. Esse documento destaca que eles devem avaliar as aquisições, aprendizados e mudanças de nível linguístico vivenciados pelos estudantes que ingressaram nesse atendimento, além de elaborar um relatório descritivo individual com a evolução, os aprendizados, o nível linguístico e todo o trabalho desenvolvido durante o ano (Santa Catarina, 2021).

O CAS da FCEE possui em sua organização um AEE Surdez, acompanhado por profissionais especializados que demonstram clareza sobre o trabalho a ser desempenhado. No entanto, no quesito de avaliação do aluno com surdez, encontram barreiras que se constituem em um desafio constante. Ao final de cada ano, os profissionais do AEE avaliam e registram por meio de um relatório pedagógico descritivo, a evolução de seu educando no aprendizado da Libras e do português na modalidade escrita. Além disso, é necessário avaliá-lo considerando

outras habilidades adquiridas ao longo do processo de aprendizagem, de trocas e interações que permeiam seu desenvolvimento.

Os relatórios produzidos e encaminhados, até então, mostram dificuldades, por parte dos profissionais do AEE, especialmente no que se refere ao conteúdo desses relatórios. Há dificuldade em descrever o educando surdo, a evolução de seu aprendizado, os conhecimentos que possuía inicialmente e aqueles adquiridos por meio das intervenções, bem como as habilidades que devem ser observadas e estimuladas ao longo da prática educativa. Para os profissionais do AEE, a tarefa se constitui em um desafio, especialmente no que concerne “o que avaliar” ou “que habilidades considerar”, além da aquisição das duas línguas e, principalmente, como mensurar o progresso, uma vez que não há um modelo ou um roteiro específico para auxiliar nesse processo.

A evolução do educando surdo no AEE não se limita apenas ao aprendizado de línguas; diversos fatores permeiam, influenciam e impactam significativamente seu aprendizado. Nesse contexto, o produto técnico aqui proposto, o Guia para avaliação pedagógica de alunos com surdez, auxiliará os profissionais do AEE na percepção das habilidades a serem observadas, desenvolvidas e avaliadas ao longo dos atendimentos.

Com esta proposta, pretende-se mitigar as dificuldades encontradas pelos profissionais durante o processo de avaliação, permitindo a construção de relatórios pedagógicos adequados e precisos. É importante destacar que o produto técnico aqui proposto para o AEE Surdez da FCEE é aplicável a todos os AEEs da Rede Regular de Ensino que desenvolvam trabalhos com educandos surdos. Ao implementar este Guia, espera-se que os profissionais do AEE tenham uma ferramenta eficaz para aprimorar a prática pedagógica, promovendo uma evolução mais abrangente e significativa dos alunos com surdez, além de oferecer benefícios variados para a gestão ao estabelecer critérios para a avaliação pedagógica, elevando a qualidade do atendimento e do ensino, proporcionando orientações precisas e aumentando a confiança dos educadores em suas práticas pedagógicas e avaliativas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se o referencial teórico que irá aprofundar os tópicos acerca da surdez e do sujeito surdo, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da avaliação pedagógica, com o objetivo de fundamentar a discussão e análise sobre a educação inclusiva e as práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos surdos.

### 2.1 SURDEZ E O SUJEITO SURDO

O diagnóstico da surdez traz consigo, crenças culturais construídas e disseminadas em relação ao “ser surdo”, como a incapacidade de falar, de aprender, falta de inteligência, insucesso na escola, dificuldade de conseguir um bom emprego, entre outros. (Santana, 2019).

De acordo com Vianna (2022), coexistem dois regimes de verdade sobre a surdez. Um primeiro associado ao discurso da deficiência sob a perspectiva do modelo biomédico, centrado no déficit e no ensino da fala, considerado como discurso verdadeiro. Nesse modelo, ser surdo é visto como desvantagem devido à dificuldade de estabelecer comunicação, encaixando-se perfeitamente à categoria de pessoa com deficiência. E um segundo discurso, o da “diferença”, centrado na língua de sinais, na comunidade e cultura surda, conhecido como socioantropológico. Este discurso atribui à formação da identidade ao uso da língua de sinais, que constitui o sujeito e permite o compartilhamento de vivências sociais, crenças, valores culturais, favorecendo, conseqüentemente, sua conexão com a sociedade.

Na área da surdez os termos “deficiência auditiva” e “surdez” são frequentemente usados e tratados como sinônimos. Porém, é importante compreender a diferença entre duas concepções teóricas acerca desses termos: a orgânico-biológica e a socioantropológica.

Soleman e Bousquat (2021) afirmam que a concepção orgânico-biológica da surdez enxerga as pessoas surdas com base na deficiência auditiva. Nessa perspectiva, a incapacidade em detectar, discriminar e processar os sons do ambiente e da fala é vista como algo que precisa ser corrigido. Ou seja, as pessoas surdas devem restaurar sua capacidade de ouvir, reduzindo a surdez a um déficit auditivo. Em contrapartida, a visão socioantropológica da surdez a enxerga como uma diferença cultural e linguística. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma habilidade de comunicação (visuo-gestual) independe da funcionalidade do aparelho auditivo.

Portanto, segundo as autoras, a concepção orgânico-biológica é pautada na medicina e foca na habilitação ou reabilitação do aparelho auditivo, no aprendizado das habilidades

auditivas e no desenvolvimento da linguagem auditivo-oral para comunicação por meio da oralidade e da fala. Já a concepção socioantropológica, considera a particularidade linguística e cultural da surdez, valorizando o desenvolvimento da linguagem visuo-gestual, a comunicação por meio da língua de sinais e o bilinguismo.

Santana (2019) destaca que, entre as áreas do conhecimento relacionadas à surdez há uma disputa histórica para determinar a melhor solução para a comunicação dos surdos. De um lado está o oralismo, que busca a “normalidade”, o desenvolvimento de fala, e avanços tecnológicos que possibilitem o ouvir pelo surdo. Do outro lado, está o bilinguismo, que defende a língua de sinais como a língua natural dos surdos e a uma cultura que leva o debate para uma questão de política linguística.

De acordo com Dizeu e Caporali (2005), em decorrência do predomínio da visão oralista sobre a língua de sinais e a surdez, os surdos acabam não participando plenamente do processo de integração social. Embora a premissa central que sustenta o oralismo seja a integração do surdo na comunidade ouvinte, ela não consegue ser alcançada na prática, pelo menos pela grande maioria de surdos. Isso se reflete principalmente no desenvolvimento da linguagem dos surdos, que acabam silenciados pelos ouvintes, por muitas vezes não serem compreendidos.

As autoras destacam ainda que, quando uma pessoa surda convive exclusivamente com uma comunidade ouvinte, sem contato com outros surdos, sua surdez tende a ser ocultada e desvalorizada; intensificando o estigma de deficiência a cada dificuldade enfrentada para se equiparar aos ouvintes. É fundamental que a pessoa surda permaneça integrada na comunidade surda, relacionando-se com seus pares, sem se isolar da comunidade majoritária (ouvinte). O objetivo dessa interação é a formação da identidade surda, permitindo que a pessoa se aceite como é, com potencialidades e limitações, apenas surda. Os surdos que convivem dentro da comunidade surda consideram-se pessoas que utilizam uma forma linguística diferente e desejam ser vistos como indivíduos capazes, com suas particularidades, o que não os impede de crescer e se desenvolver da mesma maneira que os ouvintes.

O bilinguismo surge em virtude do discurso socioantropológico da surdez, como uma abordagem pedagógica que preconiza a exposição da criança surda à língua de sinais dentro do ambiente escolar, visando à aquisição dessa língua de forma natural e como primeira língua. Concomitantemente à aquisição desta língua, defende-se o aprendizado da língua auditivo-oral como segunda língua, em sua modalidade oral e/ou escrita (Vianna, 2022).

Nessa abordagem, de acordo com Carvalho, Cavalcanti e Silva (2019), o sujeito surdo deixa de ser encarado como alguém que necessita ser corrigido para ter acesso à língua

majoritária, onde a ausência de audição não se configura como um impedimento para a aquisição de uma língua, considerando que podem adquirir uma língua de sinais. A surdez, nessa perspectiva, é entendida como uma diferença linguística sociocultural, uma vez que, diante do déficit auditivo, não ser possível adquirirem de forma natural uma língua oral-auditiva compartilhada pelos ouvintes.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006), o contexto bilíngue da criança surda se caracteriza pela coexistência da língua brasileira de sinais (Libras) e da língua portuguesa. Em âmbito nacional, não se trata apenas de decidir se uma ou outra língua fará ou não parte do programa escolar, mas sim, de propiciar a coexistência dessas línguas, reconhecendo-as efetivamente levando em consideração as diferentes funções que apresentam no dia a dia da pessoa surda.

No Brasil, a Lei 10.436, de 2002, reconhece o estatuto linguístico da língua de sinais e, ressalta que esta não pode substituir o português. O ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos fundamenta-se no fato de que esses sujeitos são cidadãos brasileiros, com o direito de utilizar e aprender esta língua oficial, tão essencial para o exercício de sua cidadania. O Decreto 5.626, de 2005, estabelece que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, assegurando o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino do português escrito como segunda língua (Quadros; Schmiedt, 2006).

Conforme destacam Carvalho, Cavalcanti e Silva (2019), o uso da língua de sinais se estabelece como o principal meio de interação social para a pessoa surda, sendo crucial no contexto escolar bilíngue, tendo em vista que ocupa o espaço de língua de instrução. Isso se deve ao fato de que os surdos podem aprender naturalmente essa língua, seja por meio da convivência com pais surdos, no caso de filhos de surdos, ou ao interagir com adultos surdos, no caso de filhos de pais ouvintes.

Considerando o indivíduo surdo, Dizeu e Caporali (2005) destacam que é essencial para ele, como sujeito, crescer, desenvolver-se, amadurecer e construir sua identidade inserido em uma língua própria e natural. Quando uma criança tem acesso a uma língua, ela começa a desenvolver a linguagem, interagir com os outros, repensar suas ações, elaborar seu pensamento, vivenciar novas experiências e se desenvolver. Uma criança surda possui as mesmas condições de aprendizagem que uma criança ouvinte; entretanto, o acesso à linguagem ocorrerá por meio do canal gesto-visual.

Pela língua, as crianças surdas discutem e pensam sobre o mundo, estabelecem relações e organizam seu pensamento. As relações cognitivas, essenciais para o desenvolvimento escolar estão diretamente ligadas à capacidade da criança em organizar suas ideias e pensamentos por

meio de uma língua na interação com os demais colegas e com os adultos. Portanto, a riqueza de informação se torna fundamental. A interação passa a apresentar qualidade e quantidade que tornam o processo educacional rico e complexo (Quadros; Schmiedt, 2006).

Desde o nascimento, a criança ouvinte é exposta à língua oral, o que lhe proporciona a oportunidade de adquirir uma língua natural que lhe permitirá realizar trocas comunicativas, vivenciar situações do seu meio e, conseqüentemente, possuir uma língua efetiva e desenvolver sua linguagem. Do mesmo modo, é imprescindível que a criança surda tenha a mesma oportunidade de adquirir uma língua própria para constituir sua linguagem. Quando a criança adquire sua língua natural, ela se torna capaz de aprender uma segunda língua, tornando-se bilíngüe. No caso dos surdos, essa realidade nem sempre é alcançada, resultando em adultos surdos que, devido à falta de acesso à língua de sinais na infância, chegam à vida adulta sem ter adquirido nenhuma língua. Isso ocorre porque foram expostos apenas à língua oral, sem obter um desempenho satisfatório com ela. A língua de sinais desempenha um papel fundamental na vida da pessoa surda, promovendo seu desenvolvimento pleno por meio de uma língua estruturada (Dizeu; Caporali, 2005).

Atualmente, a educação bilíngüe para surdos é reconhecida como a abordagem educacional mais apropriada, tendo em vista que respeita a condição dos surdos e sua experiência visual como parte integrante de uma cultura singular, sem desconsiderar a necessidade e importância da aprendizagem do português na escola. Essa abordagem requer o desenvolvimento de uma política linguística que defina o papel das duas línguas no ambiente escolar, garantindo a legitimidade e a importância da Libras como língua curricular e parte essencial da identidade surda. A apropriação desse artefato cultural é crucial para os surdos, pois lhes permite acessar os saberes construídos pela humanidade ao longo da história (Carvalho; Cavalcanti; Silva, 2019).

## 2.2 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) garante a todas as crianças frequentarem a escola, esclarecendo as ações de competência da educação especial e quais são de ensino comum. Além disso, orienta a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e ressalta que este atendimento assegura que os educandos aprendam o que é diferente do currículo do ensino comum, sendo necessário para que possam ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência (Figueiredo, 2010).

O AEE regulamentado pelo Decreto nº 6.571, de 2008, reestruturou a educação especial e destinou recursos para ampliar a oferta deste serviço na rede pública de ensino regular (Bernardo; Santos, 2020). As Diretrizes da PNEEPEI estabelecem que o AEE deve identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, objetivando eliminar barreiras que impedem a participação dos educandos, levando em conta suas necessidades específicas (Brasil, 2008). Esta atividade pedagógica deve ser realizada por um profissional da educação especial, com foco em atender as especificidades dos alunos com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, que estão matriculados no ensino regular (Santa Catarina, 2009).

De acordo com Figueiredo (2010), o profissional do AEE tem a responsabilidade de oferecer acompanhamento em sala de aula ensinando o uso de recursos destinados aos educandos com deficiência, aos professores e demais alunos. Ele também precisa identificar e desenvolver estratégias educativas visando à superação das dificuldades de aprendizagem dos educandos. Suas ações devem incluir a avaliação do aluno, a gestão do seu processo de aprendizagem e o acompanhamento desse educando na sala de recursos multifuncionais (espaço destinado para realização do AEE) e na interlocução com o professor do ensino comum.

Os atendimentos devem ser oferecidos no turno oposto da classe comum, na própria escola ou em centros especializados para apoiar o desenvolvimento dos educandos. Para tanto, esse atendimento disponibiliza programas de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, auxílios técnicos e tecnologia assistiva, entre outros (Brasil, 2008).

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que substituiu o Decreto nº 6.571/2008 (revogado), passou a caracterizar o AEE como:

[...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I – complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II – suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2011).

Com o passar do tempo e em resposta às crescentes demandas no campo da Educação Especial, dez anos após a implementação da Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, o Governo do Estado promulgou a Resolução CEE/SC n. 100, de 13 de dezembro de 2016. Esta resolução revogou a anterior, a Resolução CEE/SC n. 112/2006, com o objetivo de estabelecer normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa

Catarina. Com a promulgação desta nova resolução, a Educação Especial passou a ser compreendida como:

[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para o atendimento das necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de *deficit* de atenção/hiperatividade e altas habilidades/superdotação (Santa Catarina, 2016).

No documento “Política de Educação Especial de Santa Catarina”, publicado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED) em 2018, o AEE é definido como um serviço da Educação Especial que visa identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o propósito de eliminar as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Destaca ainda, que o ensino ofertado no AEE é necessariamente diferente do ensino escolar regular e não deve ser visto como um espaço de reforço ou complementação das atividades escolares. Exemplos práticos de atendimento educacional especializado incluem o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do Sistema Braille, a introdução e formação do estudante na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, e a preparação e disponibilização de material pedagógico acessível ao estudante, entre outros (Santa Catarina, 2018).

A atuação do professor do AEE assume caráter específico, considerando a necessidade de conhecer as particularidades das áreas de atendimento da Educação Especial. Essa atuação ser embasada por uma perspectiva teórica que permita planejar e orientar as atividades a serem desenvolvidas com os estudantes que compõem seu público-alvo, garantindo-lhes acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (Santa Catarina, 2021)

A FCEE, instituição pública estadual do Brasil vinculada à SED, tem como missão definir e coordenar a política de educação especial de Santa Catarina, fomentando, produzindo e disseminando o conhecimento científico e tecnológico nesta área (FCEE, 2022). A FCEE possui em sua estrutura AEEs que funcionam como espaços de investigação e produção de alternativas metodológicas, com o objetivo de subsidiar a implantação e implementação deste Serviço nas Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), anteriormente conhecidas como Gerências Regionais de Educação (GEREDs) (Santa Catarina, 2009).

O AEE para educandos com surdez está situado no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), um dos Centros de atendimento da FCEE. Este centro tem o propósito de ser um espaço de investigação e produção

de metodologias, que visam melhorar o atendimento ao sujeito surdo e proporcionar uma intervenção eficaz no processo educativo. Os serviços oferecidos pelo CAS incluem a aquisição e aprendizagem da Libras e do Português escrito, a reabilitação auditiva, além da promoção da acessibilidade e a difusão das Libras (FCEE, 2022).

No AEE da área da surdez do CAS adota-se a proposta bilíngue, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como Primeira Língua do educando surdo, e o Português escrito como Segunda Língua. Dessa forma, o AEE promove a aquisição da Libras e o ensino e aprendizagem do Português na modalidade escrita, numa abordagem pedagógica que respeite a experiência visual e linguística da pessoa surda ou com deficiência auditiva (Santa Catarina, 2009). Para Quadros e Schmiedt (2006):

[...] [a] língua brasileira de sinais – Libras e a língua portuguesa são as línguas que permeiam a educação de surdos e se situam politicamente enquanto direito. A aquisição dos conhecimentos em língua de sinais é uma das formas de garantir a aquisição da leitura e escrita da língua portuguesa pela criança surda. O ensino da língua de sinais e o ensino de português, de forma consciente, é um modo de promover o processo educativo.

De acordo com as autoras, a educação bilíngue envolve, no mínimo, duas línguas no contexto educacional. Ao optar por oferecer uma educação bilíngue, a escola adota uma política linguística, na qual duas línguas coexistirão no espaço escolar. Nesse contexto, determina-se qual será a primeira língua e qual será a segunda, além das funções que cada uma desempenhará no ambiente escolar. Portanto, ao considerar o ensino de uma segunda língua, pressupõe-se a existência de uma primeira língua. Além disso, independentemente do contexto, a educação bilíngue exige a presença de professores bilíngues, e o professor responsável deve estar comprometido com a necessidade de aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O processo educacional do educando surdo, por intermédio da Libras, está respaldado pela Lei n. 10.436 de 2002, no Art. 1º, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão. Esse reconhecimento é regulamentado pelo Decreto n. 5.626 de 2005, que garante às pessoas surdas seu processo de ensino e aprendizagem mediante a utilização da Libras, considerada sua Primeira Língua (L1), e da Língua Portuguesa, como Segunda Língua (L2). Dessa forma, o AEE desenvolve suas atividades com o objetivo de facilitar a aquisição da Libras e o aprendizado do Português, na modalidade escrita (Santa Catarina, 2021).

A escola se torna, portanto, um espaço linguístico fundamental, pois geralmente é o primeiro ambiente onde a criança surda entra em contato com a língua brasileira de sinais. Por meio da língua de sinais, a criança adquire a linguagem, o que significa que ela estará

compreendendo um novo mundo utilizando uma língua que é percebida e significada ao longo do seu desenvolvimento. Esse processo possibilita a significação através da escrita, que pode ocorrer tanto na própria língua de sinais quanto no português (Quadros; Schmiedt, 2006).

Segundo as autoras, o ensino do português pressupõe a aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – a língua da criança surda. A língua de sinais desempenha um papel essencial no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente transferir conhecimentos da primeira língua para a segunda, mas promover um processo paralelo de aquisição e aprendizagem, em que cada língua possui seus próprios papéis e valores sociais.

Quando se trata de indivíduos surdos e/ou com deficiência auditiva (DA), é essencial compreender a importância desse atendimento para que eles possam participar de forma ativa e eficaz no contexto escolar. Isso permitirá o desenvolvimento de suas competências linguísticas, sociais e educacionais, com o apoio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). É igualmente necessário conhecer quem é esse sujeito, como ele aprende, sua história e sua cultura. Aceitar e entender que sua forma de aprendizagem é visual e que ele possui uma língua própria que garante sua comunicação, a clareza das informações recebidas e o acesso ao conhecimento do mundo ao seu redor (Santa Catarina, 2021).

O fato de que o processo de aquisição da linguagem se efetiva por meio de línguas visuais-espaciais exige mudança na maneira como essa questão é tratada na educação de surdos. Crianças que têm acesso à língua de sinais desde muito cedo usufruem da possibilidade de explorar o mundo da linguagem com todas as suas nuances (Quadros; Schmiedt, 2006).

Ao propiciar à criança surda a oportunidade de se desenvolver de maneira semelhante às crianças ouvintes, estamos respeitando sua língua e sua diferença. Além disso, para que o surdo possa se desenvolver, não basta apenas permitir o uso de sua língua; é necessário também promover a integração com sua cultura, para que ele se identifique e utilize efetivamente a língua de sinais. A comunidade surda é de extrema importância para o desenvolvimento da identidade, pois é nela que a língua de sinais ocorre de forma espontânea e efetiva. Todo indivíduo precisa interagir em seu meio, apropriar-se de sua cultura e história, e formar sua identidade por meio do convívio com os outros (Dizeu; Caporali, 2005).

### 2.3 AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA

A avaliação é um procedimento necessário e importante da prática educativa, que conforme Hoffmann (2015) envolve e diz respeito diretamente a dois elementos do processo:

educando e educador. Trata-se de uma relação dual, na qual o professor é diretamente responsável pelas ações focadas em cada aprendiz.

Avaliar deve constituir-se em um processo contínuo de orientação e reorientação da aprendizagem, visando obter o melhor resultado possível, caracterizando-se como uma experiência diagnóstica e inclusiva (Luckesi, 2002). Sob essa perspectiva, a avaliação precisa ser contínua, com o propósito de melhorar a aprendizagem e a forma de ensinar, possibilitando ao professor intervir, planejar, acompanhar e conduzir o desenvolvimento de seus educandos.

De acordo com Silva, Pinto e Briskievicz (2021), avaliar o processo de ensino aprendizagem deve propiciar aos educandos avanços progressivos e qualitativos, e aos professores a satisfação de bons resultados de sua prática docente. A avaliação deve partir dos conhecimentos, das aprendizagens adquiridas pelos educandos, de suas dificuldades e experiências vividas, na qual o professor como orientador e mediador do processo, definirá o melhor caminho para que o educando supere suas dificuldades e tenha aprendizagens significativas (Costa *et al.*, 2019).

Luckesi (2000) afirma que a prática de avaliar, precisa envolver as ações de diagnosticar e decidir. Diagnosticar no sentido de levantar dados relevantes que demonstrem o “estado de aprendizagem do educando”, para decidir, a melhor escolha do que fazer em relação aos objetivos que se pretende alcançar.

Para tanto, nesse processo o professor tem um papel importante que de acordo com Costa *et al.*, (2019), ele deve atuar como mediador, propiciando situações de aprendizagem e vivências, construindo o conhecimento a partir do educando e em conjunto com ele, promovendo o desenvolvimento integral. Ao avaliar a aprendizagem de um educando, o educador necessita estar disposto a acolher o que está acontecendo. Isso não significa que “o que está acontecendo” seja o melhor estado da situação avaliada, mas que o educador esteja disponível para acolhê-la do jeito em que se encontra, pois só a partir daí é que se pode fazer alguma coisa (Luckesi, 2000).

De acordo com Hoffmann (2015), um avaliador deve conhecer, compreender e acolher os educandos em suas diferenças e estratégias próprias de aprendizagem, para então planejar e ajustar ações pedagógicas que favoreçam cada um e o grupo como um todo. Avaliar é um ato que, por meio de uma disposição acolhedora, se qualifica alguma coisa (um objeto, ação ou pessoa), com o objetivo de tomar uma decisão sobre ela. Trata-se de um ato dialógico, amoroso e construtivo (Luckesi, 2000).

O ensino-aprendizagem é um processo complexo que exige professores comprometidos com a prática e alunos interessados. Para isso, são necessárias metodologias e experiências incentivadoras que contribuam para que os alunos se tornem pesquisadores, busquem novos conhecimentos, sejam críticos e desenvolvam habilidades e competências transdisciplinares que os acompanhem durante sua trajetória escolar e profissional (Costa *et al.*, 2019).

Hoffmann (2015) destaca que o processo avaliativo caminha em paralelo ao desenvolvimento das aprendizagens dos educandos e que toda resposta do aluno, é sempre ponto de partida para novas aprendizagens. E essa aprendizagem só pode ser acompanhada no sentido longitudinal, pois envolve construção e reconstrução de conhecimento. A autora também salienta, que aprendizagens significativas são de natureza qualitativa, e qualidade é coerência, riqueza de conhecimento e precisão de ideias; dimensões que são sempre evolutivas e exigem o caráter interpretativo do avaliador. O sentido da avaliação mediadora é promover uma diferença “sensível” no aprendiz – algo que não pode ser medido ou padronizado.

A avaliação só se completa, de acordo com Luckesi (2000), quando possibilita a indicação de caminhos adequados para uma ação que está em curso. Portanto, avaliar implica na busca do melhor e mais satisfatório estado daquilo que está sendo avaliado. A avaliação é a reflexão transformada em ação, que impulsiona novas reflexões permanentes do educador sobre sua realidade e o acompanhamento de todos os passos do educando.

Desta forma, a avaliação precisa ser sempre diagnóstica, partindo do que o aluno sabe e identificando dificuldades para supri-las, devendo ser pensada e considerada como um instrumento para a garantia da aprendizagem (Costa *et al.*, 2019). Uma avaliação justa respeita a diversidade e todos os aprendizes têm direito a condições dignas de aprendizagem. O que não significa condições iguais. Condições dignas são as que levam em conta a diversidade de etnia, crenças, valores, deficiências, jeitos e tempos de aprender (Hoffmann, 2015).

Para diagnosticar a aprendizagem do educando, é necessário reunir dados substanciais e relevantes que demonstrem a real situação da aprendizagem. Esses dados devem retratar o estado de aprendizagem em que o educando se encontra e verificar se esse estado é satisfatório ou não. O padrão ao qual se compara o estado de aprendizagem do educando é estabelecido no planejamento de ensino e sustentado em uma teoria do ensino. Portanto, tanto a teoria pedagógica que sustenta a prática da qualificação dos dados de aprendizagem quanto o planejamento de ensino construído são importantes. A teoria pedagógica orienta a prática educativa, e o planejamento do ensino faz a mediação entre a teoria pedagógica e a prática de ensino na aula, sem a qual não se tem sustentação (Luckesi, 2000).

Costa *et al.* (2019) destacam que o professor deve ser mediador nesse processo, propiciando situações de aprendizagens e vivências significativas, construindo o conhecimento a partir e junto com o aluno, fazendo com que o desenvolvimento integral aconteça. Segundo Luckese (2002), aprender com qualidade é aprender com profundidade, sutileza e preciosidade, seja um conjunto de informações, uma habilidade ou variados procedimentos. Ele afirma que, dar mais atenção ao qualitativo do que ao quantitativo, significa estar atento ao aperfeiçoamento, ao aprofundamento da aprendizagem, seja no campo afetivo, cognitivo ou psicomotor.

A avaliação é a parte mais importante do processo de ensino-aprendizagem, pois descreve os conhecimentos, atitudes ou aptidões que os educandos adquiriram. Deste modo, entende-se que os objetivos do ensino foram atingidos, as dificuldades apresentadas foram sanadas, e o apoio necessário ao caminho a percorrer foi proporcionado, contribuindo para a obtenção de resultados significativos na aprendizagem (Kraemer, 2005).

### 3 METODOLOGIA

A utilização de métodos científicos não é exclusividade da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos (Lakatos; Marconi, 2006). As autoras definem método científico como um “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.” (Lakatos; Marconi, 2006).

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa em questão classifica-se como aplicada quanto à sua natureza, uma vez que o objetivo é elaborar o Guia de Avaliação Pedagógica para alunos com surdez no Atendimento Educacional Especializado. Conforme Prodanov e Freitas (2013), esse tipo de pesquisa visa gerar conhecimentos para aplicação prática, voltados à solução de problemas específicos. Além disso, de acordo com Gil (2019) esse tipo de pesquisa engloba estudos desenvolvidos com o intuito de solucionar problemas identificados no contexto das sociedades em que os pesquisadores vivem, buscando obter conhecimentos para aplicá-los em situações específicas.

Em relação a sua abordagem, a pesquisa é predominantemente qualitativa, uma vez que objetiva investigar um objeto, buscando interpretá-lo em termos de seu significado. Nesse contexto, a análise destaca a subjetividade do pesquisador, priorizando a compreensão do todo e não de dados ou aspectos isolados (Alyrio, 2009). Prodanov e Freitas (2013) consideram que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo, que não pode ser quantificado. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são fundamentais no processo de pesquisa qualitativa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa se enquadra em exploratória e descritiva. É exploratória porque pretende explorar as percepções dos professores do AEE em relação à avaliação pedagógica dos educandos surdos e possíveis dificuldades enfrentadas nesse processo e, conseqüentemente, na elaboração do relatório descritivo individual. De acordo com Gil (2019), a pesquisa exploratória tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. A pesquisa também é descritiva, pois visa, por meio da coleta de dados, observar, registrar, analisar, ordenar e descrever as necessidades encontradas pelo grupo de profissionais que compõem o AEE em

relação à avaliação pedagógica do educando com surdez. Prodanov e Freitas (2013) destacam que o objetivo desse tipo de pesquisa é descrever as características de determinada população ou fenômeno, assim como estabelecer relações entre variáveis. A pesquisa descritiva incorpora a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observações sistemáticas, e geralmente assume a forma de levantamento.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, Gil (2019) destaca que para avaliar a qualidade dos resultados de uma pesquisa, é essencial saber como os dados foram obtidos, bem como os procedimentos adotados em sua análise e interpretação. O delineamento refere-se ao planejamento abrangente da pesquisa, que inclui a estruturação, previsão de análise e interpretação dos dados coletados, considerando o ambiente em que são coletados e as estratégias de controle das variáveis envolvidas (Prodanov; Freitas, 2013).

A tipologia para o levantamento de dados da pesquisa em questão corresponde à pesquisa bibliográfica e documental. Gil (2019) explica que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais previamente publicados em formatos físicos e/ou eletrônicos. Alyrio (2009) ressalta que esta pesquisa deve abranger o máximo da bibliografia de domínio público relacionada ao tema em estudo, incluindo livros, publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, monografias, dissertações, teses, entre outros.

Na pesquisa documental, de acordo com Gil (2008) a principal diferença está na natureza das fontes. Ela utiliza materiais que ainda não foram submetidos a um tratamento analítico ou que podem ser reformulados de acordo com os objetivos da pesquisa.

### 3.2 COLETA DE DADOS

Com o objetivo de verificar os registros dos progressos e aprendizados dos alunos, foram selecionados, acessados e analisados 229 relatórios pedagógicos dos educandos do CAS, produzidos pelos professores do AEE nas modalidades de Libras e português, no período de 2019 a 2023. Foram analisados 48 relatórios referentes ao ano de 2019, 31 relatórios do ano de 2020, 60 de 2021, 41 de 2022 e 49 de 2023. Esses documentos estavam organizados em pastas específicas por ano e tipo de atendimento no computador da Coordenação do CAS, além de estarem impressos nos prontuários físicos dos alunos.

Além disso, foi realizado um levantamento de informações por meio da identificação de obras existentes que poderiam ser fontes potenciais para contribuir com a pesquisa. A coleta de dados envolveu a obtenção de informações tanto em livros quanto em fontes online, utilizando

ferramentas de busca como: Google Acadêmico, Repositório Institucional da UFSC, BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), e literatura impressa relacionada à pesquisa em questão. Foram selecionadas palavras-chave específicas, como “educação de surdos”, “surdez”, “avaliação”, “avaliação pedagógica”, “Atendimento Educacional Especializado”, entre outras, relacionadas ao tema da pesquisa, para identificar potenciais fontes de contribuição. Além disso, foram aplicados filtros de datas de publicação dos últimos cinco anos para refinar os resultados da busca.

Para determinar quais publicações tinham potencial para contribuir com a pesquisa, foi realizada uma triagem inicial que envolveu a leitura dos títulos e resumos dos documentos, avaliando se o conteúdo estava alinhado com os objetivos e interesses da pesquisa. As obras consideradas pertinentes e relevantes foram incluídas na pesquisa, enquanto aquelas que não atenderam aos critérios estabelecidos foram excluídas.

Para contribuir com a resposta ao problema de pesquisa e à verificação dos objetivos específicos A e B, foi utilizada a técnica de levantamento (survey), que incluiu questões fechadas com opções de respostas pré-definidas e questões abertas, permitindo respostas livres e proporcionando uma visão mais profunda e qualitativa. Foi elaborado um questionário com base teórica nas obras de Jussara Hoffmann e Cipriano Carlos Luckesi, focando em suas abordagens sobre práticas pedagógicas e avaliação educacional.

O questionário elaborado foi validado por um profissional do apoio pedagógico do CAS e aplicado em formato eletrônico – *Google Docs* – aos professores e profissionais de apoio pedagógico do CAS. A escolha desse grupo se deve ao fato de serem profissionais que trabalham diretamente com o público surdo, realizando atendimento, avaliação e orientação das práticas pedagógicas. O grupo é composto por oito profissionais da educação, que responderam ao questionário em até uma semana após o envio, resultando em uma adesão de 100% à pesquisa.

O primeiro bloco do questionário consistia em questões voltadas às percepções dos professores em relação à avaliação pedagógica dos educandos surdos e possíveis dificuldades nesse processo. As respostas dos profissionais foram coletadas utilizando uma escala tipo *Likert*, com cinco níveis de concordância, variando de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. Os respondentes foram instruídos a responder cada item utilizando uma escala de 1 a 5, onde 1 representa discordância total e 5 representa concordância total com a afirmativa contida no item.

O segundo bloco foi composto por dados demográficos e ocupacionais, visando identificar o perfil dos profissionais participantes da pesquisa. O instrumento de pesquisa é apresentado no Apêndice A.

### **3.2.1 População e Amostra**

O objeto de pesquisa deste estudo são os profissionais que compõem o AEE Surdez que desempenham suas funções como professores e apoio pedagógico no CAS da FCEE.

O questionário foi aplicado a esses oito profissionais, que representam 100% da equipe de profissionais que lidam diretamente com os atendimentos e avaliações dos educandos surdos nesse setor da instituição.

### **3.2.2 Aspectos Éticos**

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC) autorizou o prosseguimento da pesquisa sob o parecer 6.669.211 (Anexo A).

A pesquisa foi conduzida de acordo com o que preconiza a Resolução CNS 510/16, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa, bem como as demais normativas e legislações vigentes e aplicáveis, além da observação e cumprimento dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais (Apêndice B).

Quanto aos riscos relacionados à participação, é relevante salientar que o preenchimento do questionário não acarretou qualquer risco físico para os respondentes. No entanto, reconheceu-se a possibilidade de surgirem desconfortos emocionais, como cansaço, constrangimentos ou aborrecimento durante o preenchimento da pesquisa. Além disso, o instrumento utilizado poderia despertar memórias e sentimentos nem sempre confortáveis nos participantes. Destacou-se também que, de maneira remota, poderia ocorrer constrangimento pessoal e profissional no caso de quebra involuntária e não intencional do sigilo das respostas apresentadas.

Em qualquer uma das circunstâncias mencionadas ou em situações desconfortáveis adicionais, os participantes tinham a opção de não responder ao questionário sem sofrer prejuízo ou constrangimento. Como a participação era facultativa, bastava interromper o preenchimento

ou recusar-se a responder. Em caso de dúvidas em relação aos procedimentos ou ao projeto, os respondentes podiam entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para receber orientação e assistência.

Salientou-se também a garantia da privacidade, assegurando que os participantes da pesquisa não seriam identificados em nenhum momento, mesmo durante a divulgação dos resultados em qualquer formato.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação à análise de dados e resultados da pesquisa, objetivou-se compreender a situação atual do professor em relação à avaliação e acompanhamento dos educandos surdos durante os atendimentos no AEE. Dessa forma, a proposta é conceber um material de apoio, na forma de Guia que atenda às necessidades dos profissionais que atuam em sala, bem como dos gestores responsáveis pela oferta desse serviço.

Com o objetivo de contribuir com a resposta ao problema de pesquisa, que visa compreender como instrumentalizar os profissionais do AEE na realização da avaliação pedagógica dos educandos surdos, e à verificação dos objetivos específicos A e B, foi elaborado um questionário (Apêndice A) em formato eletrônico, utilizando o *Google Docs*, e encaminhado aos profissionais do CAS. Os participantes da pesquisa desempenham suas funções diretamente com os alunos surdos atendidos nos AEEs do setor. A intenção é analisar as percepções dos profissionais em relação a avaliação pedagógica do educando com surdez e possíveis dificuldades nesse processo, para posteriormente elaborar um instrumento que auxilie esses profissionais.

### 4.1 O QUESTIONÁRIO

Nos meses de dezembro de 2023 e janeiro de 2024, o questionário foi elaborado e revisado pela pesquisadora e posteriormente validado por um profissional do apoio pedagógico do CAS. A revisão buscou identificar possíveis falhas, complexidade das questões, redundâncias, linguagem e o número de questões escolhidas. Durante a revisão, foi apontado que as duas primeiras questões (1 e 2) eram semelhantes, assim como as questões 5 e 6, resultando na exclusão de duas alternativas. Assim, o questionário que inicialmente continha 18 perguntas no primeiro bloco, foi reduzido para 16, sendo 14 delas de múltipla escolha e 2 descritivas.

Os questionários foram encaminhados aos oito profissionais do CAS (professores do AEE e do apoio pedagógico) em fevereiro de 2024, por meio do aplicativo WhatsApp, ferramenta de comunicação instantânea comumente utilizada entre os profissionais no CAS. O intuito foi proporcionar aos respondentes um acesso mais rápido ao formulário, bem como facilitar e agilizar o envio das respostas.

As respostas do questionário foram recebidas na semana seguinte ao envio, obtendo-se 100% de adesão à pesquisa. Salienta-se ainda que todos os respondentes visualizaram o TCLE antes de acessarem o questionário, concedendo seu aceite na participação da pesquisa.

O conteúdo a ser descrito foi obtido a partir da análise das oito respostas ao questionário. O primeiro bloco continha perguntas voltadas à percepção dos profissionais sobre o processo de avaliação do educando surdo, as habilidades que consideram importantes avaliar e as possíveis dificuldades encontradas. O segundo e último bloco continha perguntas para obter o perfil dos respondentes da pesquisa.

#### 4.1.1 Perfil dos Respondentes

Foram coletados dados para obter o perfil dos respondentes da pesquisa, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1- Perfil dos respondentes

<b>Perfil dos Pesquisados</b>	<b>Respostas</b>
Gênero	75 % são do gênero feminino 25% são do gênero masculino
Faixa etária	25% possuem entre 31 e 41 anos 12,5% possuem de 41 a 45 anos 25% possuem idade entre 46 e 50 anos 37,5% estão acima dos 50 anos
Escolarização	12,5% possui nível superior completo 62,5% possuem pós-graduação em nível de especialização 25% possui mestrado
Cargo	50% ocupam o cargo de professor do AEE 50% atuam na função de apoio pedagógico
Vínculo	50% já são servidores efetivos da FCEE 50% ainda são admitidos em caráter temporário (ACT)
Tempo de trabalho	12,5% estão em seu primeiro ano de atuação na FCEE 12,5% possuem entre 1 a 3 anos de trabalho na FCEE 12,5% estão de 3 a 5 anos de trabalho na FCEE 25% de 5 a 10 anos de trabalho na FCEE 12,5% de 10 a 15 anos de trabalho na FCEE 25% desempenham suas funções a mais de 20 anos

Fonte: Dados da pesquisa.

Os respondentes da pesquisa são predominantemente do gênero feminino e com uma faixa etária bastante diversificada, com maior concentração de profissionais acima de 50 anos. A maioria possui pós-graduação em nível de especialização. A distribuição de cargos e vínculos com a FCEE é equilibrada, e o tempo de serviço na instituição também é bastante variado, com

um número significativo de profissionais tanto com pouca experiência quanto com mais de 20 anos de atuação.

#### **4.1.2 Percepções e análises do processo de avaliação do educando surdo e das possíveis dificuldades**

O primeiro bloco da pesquisa tratou do levantamento das percepções dos professores do AEE em relação à avaliação pedagógica dos educandos surdos, das habilidades que consideram importantes avaliar e das possíveis dificuldades enfrentadas, com o objetivo de elaborar um instrumento auxilie os profissionais no processo avaliativo.

A primeira pergunta buscou averiguar, de forma geral, se a avaliação da aprendizagem dos educandos é considerada um procedimento necessário e importante na prática educativa. O resultado mostrou que 87,5% dos respondentes concordam totalmente com a necessidade e importância da avaliação da aprendizagem, enquanto os outros 12,5%, concordam, embora não totalmente.

Esses resultados apontam um alto nível de consenso entre os participantes sobre a fundamental importância da avaliação da aprendizagem na prática educativa. Essa alta taxa de concordância pode ser interpretada como um reconhecimento da importância de avaliar a aprendizagem como elemento integrante do processo educativo, possibilitando observar o progresso dos educandos, identificar as áreas que necessitam de melhorias e adequar às estratégias de ensino para melhor atender as suas necessidades.

Esse reconhecimento da importância de se avaliar a aprendizagem dos educandos apresentada pelos respondentes da pesquisa, corrobora com Silva, Pinto e Briskievicz (2021), que afirmam que a avaliação do processo de ensino e aprendizagem é um componente essencial e contínuo no dia a dia escolar. Ela deve proporcionar aos educandos avanços progressivos e qualitativos e aos professores a satisfação dos bons resultados de sua prática docente. A avaliação representa a parte mais importante do processo de ensino-aprendizagem, pois retrata quais os conhecimentos, atitudes ou aptidões os educandos adquiriram. Além disso, indica se os objetivos educacionais foram alcançados, se as dificuldades percebidas foram sanadas e serve de suporte para o caminho a ser percorrido, contribuindo para os resultados desejáveis na aprendizagem (Kraemer, 2005).

A segunda pergunta investigou se os professores têm clareza sobre o que avaliar nos educandos surdos no decorrer dos atendimentos do AEE. As respostas revelaram que 50% dos

respondentes concordam totalmente que os professores têm clareza do que avaliar em relação aos seus educandos durante os atendimentos no AEE, 37,5% discordam dessa afirmação e 12,5% discordam totalmente.

Os resultados apresentados demonstram uma divisão de opiniões: metade dos respondentes concordam totalmente que os professores têm clareza sobre o que avaliar em seus educandos, enquanto a outra metade discorda, parcial ou totalmente. Essa divergência sugere uma falta de consenso ou de compreensão sobre o que precisa ser avaliado durante os atendimentos, destacando a importância de se ter informações claras e recursos adequados para auxiliar os professores em sua prática avaliativa.

Luckesi ressalta que a avaliação “é um ato parceiro a nos avisar a respeito da qualidade dos resultados de nossa ação, permitindo escolhas, decisões e consequentes reconstruções” (Feitosa; Silva; Pires, 2023). O professor, como avaliador, deve conhecer, compreender e acolher os educandos em suas diferenças e estratégias próprias de aprendizagem, com o propósito de planejar e ajustar ações pedagógicas que beneficiem a cada um e ao grupo como um todo. O objetivo de melhorar as condições de aprendizagem implica em mudanças essenciais nas práticas avaliativas e das relações com os educandos, pois toda observação ou “exigência” do professor deve vir acompanhada de apoio, tanto intelectual quanto emocional, que propiciam aos educandos superar desafios (Hoffmann, 2015).

Na terceira questão buscou-se conhecer o posicionamento dos professores sobre a necessidade de uma avaliação qualitativa no AEE, que deve proporcionar avanços progressivos nos educandos. Das respostas, 75% dos respondentes concordaram totalmente com a afirmação, 25% disseram concordar, indicando um reconhecimento geral de que a avaliação no AEE necessita ser qualitativa e focada em promover avanços progressivos.

Os resultados sugerem que os professores reconhecem a importância de uma avaliação qualitativa, sensível ao contexto e centradas no educando, considerando suas necessidades, progressos individuais e o desenvolvimento global, apontando caminhos possíveis. Segundo Luckesi (2002), a avaliação deve ser essencialmente qualitativa, atribuindo qualidade a algo, seja uma experiência, situação ou ação. Aprendizagens significativas não são quantificadas, mas de natureza qualitativa; e qualidade, nesse contexto, envolve coerência, riqueza de conhecimento e precisão de ideias. Essas dimensões são sempre evolutivas e demandam um caráter interpretativo do avaliador. A avaliação mediadora, como descrita por Hoffmann (2015), vem no sentido de promover uma diferença significativa no aprendiz, algo que não pode ser medido ou padronizado.

A quarta pergunta, mantendo o contexto da anterior, averiguou se os professores acreditam que as avaliações dos educandos devem considerar as aprendizagens adquiridas, as dificuldades e as experiências vividas pelo educando ao longo dos atendimentos. As respostas revelaram que 25% dos participantes concordam com a afirmação, enquanto 75% concordam totalmente, demonstrando um consenso sobre a relevância de se considerar as aprendizagens, dificuldades e experiências dos educandos durante o processo avaliativo.

Esses resultados indicam uma tendência em direção a uma avaliação mais abrangente e individualizada, na qual os professores reconhecem não apenas a importância do conhecimento adquirido, mas também os contextos individuais dos educandos e suas experiências de aprendizagem. Isso sinaliza uma abordagem pedagógica mais centrada no educando, em seu processo de aprendizagem e em seu desenvolvimento integral.

O professor deve considerar a subjetividade e a bagagem cultural do educando, assim como suas facilidades e suas dificuldades. Ele deve ter paciência e valorizar o conhecimento prévio que o aluno traz consigo, relacionando o conteúdo trabalhado com a realidade do educando, proporcionando assim, que aprendizagens significativas aconteçam (Costa, 2019). O ato de avaliar, por estar voltado à conquista do melhor resultado possível, envolve, antes de tudo, a disposição de acolher uma situação da forma como ela se apresenta, seja ela satisfatória ou insatisfatória, bonita ou feia. Acolher a situação em sua totalidade é essencial, é o ponto de partida para qualquer ação a ser tomada em relação a ela. Avaliar um educando implica, primordialmente, aceitá-lo em sua essência e modo de ser, para então, decidir as ações a serem realizadas (Luckesi, 2000).

A quinta pergunta buscou identificar a opinião dos professores em relação ao que se pretende avaliar no educando surdo durante os atendimentos do AEE e se deve observar “apenas” a evolução dele em relação à aquisição da Libras e do aprendizado do português na modalidade escrita. Dos 100% de respondentes, 37,5% informaram discordar da afirmação, outros 37,5% discordaram totalmente e 25% concordam totalmente.

As respostas indicam uma divisão de opiniões por parte dos professores acerca do que deve ser avaliado no educando surdo nos atendimentos no AEE. No entanto, sugere-se uma objeção à ideia de que a avaliação do educando surdo deva se limitar exclusivamente a aspectos linguísticos, ou seja, focar somente na evolução da aquisição da Libras e do aprendizado do português escrito. Isso indica que a avaliação necessita contemplar outras perspectivas do desenvolvimento do educando além das habilidades linguísticas.

Quando se trata de aprendizagem, é fundamental acolher o educando como um ser humano na sua totalidade e não apenas em relação à aprendizagem específica que estamos avaliando, como língua portuguesa, matemática, geografia, entre outras (Luckesi, 2000). Dentro de uma concepção pedagógica contemporânea, a educação é entendida como a vivência de experiências múltiplas e diversificadas, com o objetivo de promover o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social do educando (Barbosa, 2008).

Seguindo a mesma abordagem, a questão seis buscou confirmar se seria importante observar outras habilidades e competências além da aquisição da Libras e do aprendizado do Português na modalidade escrita ao avaliar o educando surdo. As respostas apresentadas indicaram que 87,5% dos respondentes concordam totalmente com essa possibilidade, enquanto 12,5% concordam.

Os resultados sugerem uma inclinação por parte dos professores em reconhecer a relevância de se observar outras habilidades e competências no educando surdo, além das linguísticas. Essa significativa proporção de concordância aponta para uma abordagem mais ampla, que inclui outros aspectos do desenvolvimento do educando. O olhar avaliativo mediador é multidimensional e deve abranger diversas dimensões e possibilidades de aprendizagens. É um olhar curioso que não se prende a padrões predeterminados, mas se abre ao inesperado e ao surpreendente de cada aprendiz (Hoffmann, 2015).

O ensino-aprendizagem é um processo complexo, que exige um professor comprometido com sua prática e um aluno interessado em aprender. Isso também requer metodologias e experiências incentivadoras por parte do professor, para que os educandos se tornem pesquisadores, busquem novos conhecimentos, sejam sujeitos críticos e desenvolvam habilidades e competências transdisciplinares que os acompanhem durante sua trajetória escolar e profissional (Costa, 2019).

Em relação às questões sete e oito buscou-se verificar com perguntas individuais e direcionadas, se os professores acreditam ser importante avaliar habilidades sociais e habilidades cognitivas no educando surdo durante os atendimentos no AEE. No que diz respeito à avaliação das habilidades sociais, 37,5% dos respondentes disseram concordar, enquanto 62,5% concordaram totalmente, demonstrando um consenso sobre a importância de se avaliar habilidades sociais nos educandos surdos.

Essa forte concordância indica que os professores percebem a importância do desenvolvimento de habilidades sociais no trabalho com o educando surdo, sendo relevante

observá-las e incluí-las em suas práticas educacionais para melhorar o desempenho acadêmico do educando.

No que se refere às habilidades cognitivas investigadas, 50% dos respondentes disseram concordar com a importância de avaliá-las no educando surdo durante os atendimentos no AEE, enquanto os outros 50% afirmaram concordar totalmente. Essa equivalência de opiniões dos profissionais revela um reconhecimento geral sobre a relevância e a importância, de se avaliar habilidades cognitivas para o desenvolvimento, progresso e aprendizado dos educandos surdos.

A construção do conhecimento ocorre em estreita conexão com o contexto, o qual o absorve e se integra a ele. Nesse sentido, torna-se impossível distinguir inicialmente os elementos cognitivos, emocionais e sociais nessa interação global, interativa e complexa. Conhecer, reconhecer e intervir na realidade da vida cotidiana está intrinsecamente ligado ao processo de ensino-aprendizagem, sem separação ou compartimentalização do conhecimento. Com as mudanças sociais e educacionais em constante evolução, há uma demanda por indivíduos completos, dotados de competências e habilidades para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, abrangendo os aspectos pessoais, profissionais e sociais. Nesse processo, todo conhecimento é adquirido em estreita relação com os contextos em que são utilizados, tornando impossível separar os aspectos cognitivos, emocionais e sociais, uma vez que a formação dos alunos transcende a mera atividade intelectual. Diante disso, compreende-se a necessidade de uma educação mais interativa, que leve em consideração o estudante em sua totalidade (Santos; Leal, 2020).

A questão de número nove buscou saber se, no relatório pedagógico descritivo que é elaborado ao final de cada ano sobre o educando, seria importante constar algo sobre o comportamento dos estudantes. Das respostas apresentadas, 50% disseram concordar totalmente com a presença de informações sobre o comportamento no relatório pedagógico, 37,5% informaram concordar, e 12,5% manifestaram discordar. Isso demonstra que a maioria dos professores considera importante incluir informações sobre o comportamento dos educandos no relatório.

Esses resultados indicam uma maioria entre os professores em relação à relevância de acrescentar elementos sobre o comportamento dos educandos nos relatórios. Isso propicia uma visão mais completa do progresso e das necessidades dos educandos, não se restringindo apenas ao desempenho acadêmico, mas auxiliando na identificação das ações necessárias para promover o sucesso acadêmico e social dos educandos. A aprendizagem é uma mudança no comportamento que ocorre devido a uma experiência ou prática, sendo influenciada pela

interação entre fatores individuais e ambientais (de Lima *et al.*, 2006). As habilidades sociais compõem um conjunto de comportamentos que são aprendidos, desenvolvidos e apresentados pelos indivíduos em diferentes situações sociais. No ambiente escolar, por meio das interações com colegas e professores, a criança desenvolverá uma parte significativa de seu repertório comportamental (Ciesielski; de Camargo; Ciesielski, 2023).

Ainda, em se tratando do relatório pedagógico, a pergunta dez buscou identificar se os profissionais acreditam que o professor do AEE tem facilidade em elaborar o relatório pedagógico descritivo do seu educando ao final do ano letivo. As respostas apontaram que 37,5% concordam que o professor possui facilidade para elaborar o relatório pedagógico, enquanto 12,5% concordam totalmente com essa afirmação. Por outro lado, 12,5% se mostraram totalmente discordantes e 25% apenas discordaram. Os 12,5% restantes dos respondentes se mostraram indiferentes em relação facilidade ou dificuldade de elaborar o relatório.

Os resultados indicam diversas opiniões entre os profissionais consultados. Uma parte significativa (50%) acredita que os professores possuem habilidade e conhecimento adequados para produzir esses relatórios de forma eficaz, enquanto 37,5% demonstram uma visão contrária, indicando que não acreditam que os professores tenham facilidade em elaborar os relatórios. Além disso, 12,5% dos respondentes parecem não ter uma opinião formada sobre a capacidade dos professores em elaborar os relatórios.

Todo processo avaliativo visa alcançar diversos objetivos importantes no contexto educacional. Isso inclui observar individualmente cada aprendiz, reconhecendo suas características, necessidades e progresso; analisar e compreender as diferentes estratégias de aprendizagem adotadas pelos educandos; e delinear estratégias pedagógicas específicas que favoreçam e promovam as aprendizagens dos alunos, contribuindo para seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Além disso, o avaliador precisa programar suas atividades com uma intencionalidade clara, definindo quais aprendizagens estão sendo investigadas em cada avaliação. Isso deve ser acompanhado com tarefas avaliativas frequentes, menores e progressivas, permitindo uma avaliação contínua e gradual do progresso dos educandos. A análise imediata dos resultados é crucial para identificar pontos fortes e áreas que necessitam de melhoria, possibilitando o replanejamento da ação educativa e ajustando suas estratégias de ensino de forma a promover o avanço de todos os alunos. Os registros são essenciais servindo como pontos de referência para garantir a continuidade das ações educativas, seja para o próprio professor ou para os seus sucessores (Hoffmann, 2015).

Os dados coletados para a avaliação da aprendizagem não podem ser quaisquer, mas sim, dados essenciais para avaliar aquilo que se pretende avaliar. Esses dados são delineados nos planos de ensino, fundamentados em uma teoria pedagógica, e traduzidos em práticas educativas durante as aulas (Luckesi, 2000).

A pergunta de número onze investigou se os professores do AEE conseguem descrever como era o educando antes e depois dos atendimentos prestados, ou seja, se conseguem descrever a evolução ocorrida ao longo do ano. Das respostas recebidas 50% concordam que os professores conseguem descrever a evolução ocorrida no educando, enquanto 25% concordam totalmente com a afirmação. Por outro lado, 25% discordam. Enquanto alguns profissionais expressam confiança na capacidade dos professores, outros levantam dúvidas sobre essa aptidão.

As respostas revelam que mais da metade dos respondentes demonstra segurança na capacidade dos professores em discorrer sobre a evolução dos educandos. No entanto, uma parcela dos entrevistados não está convencida de que os professores sejam capazes de descrever apropriadamente esse progresso, indicando a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre os métodos de avaliação utilizados no AEE e sobre como os professores podem ser apoiados para melhorar a observação e avaliação do progresso dos educandos.

Acompanhar os educandos é uma tarefa desafiadora, o que torna a realização de registros e anotações tão importante e necessária. Conforme Hoffmann (2015), os instrumentos e registros são elementos essenciais da metodologia, podendo variar dependendo da concepção de avaliação adotada. A avaliação deve partir dos conhecimentos e aprendizagens adquiridas pelos educandos, levando em consideração suas dificuldades e experiências vividas (Costa, 2019). Se não considerarmos as capacidades desenvolvidas nem as competências potenciais, estamos apenas avaliando aprendizados superficiais. É necessário avaliar o percurso individual do educando, sua habilidade de organizar o trabalho, sua capacidade de trabalhar em grupo, sua aptidão para tomar decisões, sua autonomia, criatividade e tolerância. Da mesma forma, é crucial considerar suas potencialidades, ou seja, suas competências futuras (Cabrito, 2009).

Na questão número doze buscou-se averiguar se o professor do AEE possui um roteiro do que observar ou avaliar no processo de ensino-aprendizagem do educando. As respostas apresentadas indicaram que 50% dos respondentes discordaram, sugerindo a inexistência de um roteiro para orientar suas observações. Por outro lado, 25% concordam totalmente, indicando que há um roteiro estabelecido, enquanto outros 25% concordaram com a presença desse

roteiro. As respostas obtidas demonstram uma divergência nas opiniões sobre a existência e o uso de um roteiro para guiar o processo de ensino-aprendizagem no AEE.

As respostas indicam que metade dos professores não dispõe de um roteiro estabelecido para conduzir e direcionar suas observações ou avaliações durante o processo de ensino-aprendizagem do educando. Por outro lado, outra parcela afirma que já existe um roteiro que os guia em suas práticas, contribuindo para uma intervenção mais eficaz. Essas divergências nas respostas refletem a ausência de um modelo único de avaliação estabelecido, conhecido por todos, que sirva de guia e apoio aos professores auxiliando-os e facilitando uma melhor observação do educando. Conseqüentemente, isso contribuiria para o direcionamento de melhores estratégias de ensino. Como diagnosticar é o primeiro passo no processo de avaliar, é fundamental reunir dados substanciais, que reflitam fielmente a situação da aprendizagem do educando (Luckesi, 2000).

As perguntas treze e quatorze visaram esclarecer se os professores consideravam importante ter um instrumento que os auxilie e norteie a identificar a evolução ocorrida em seu educando e se acreditavam que um instrumento contendo habilidades e competências a serem observadas daria mais qualidade ao planejamento e prática docente. As respostas mostraram que 37,5% dos respondentes concordam e 62,5% concordam totalmente que é importante existir um instrumento que norteie e auxilie o professor do AEE a identificar a evolução ocorrida em seu educando. Em relação a crença de que tal instrumento daria mais qualidade ao planejamento e à prática docente, 25% dos profissionais responderam concordar, enquanto 75% deles afirmaram concordar totalmente com essa colocação.

As respostas referentes à pergunta treze revelaram um consenso entre os profissionais do AEE sobre a necessidade de uma ferramenta estruturada para acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos educandos. Isso pode ser fundamental para personalizar o ensino e oferecer suporte apropriado às necessidades individuais deles. Quanto à questão quatorze, os resultados são ainda mais convincentes, indicando uma forte convicção entre os professores de que um Guia claro de habilidades e competências auxiliaria significativamente para a qualidade do ensino ofertado aos educandos surdos no AEE.

Esses resultados indicam que os profissionais do AEE reconhecem a relevância de se ter ferramentas estruturadas para apoiar seu trabalho, evidenciando o interesse por recursos que possam auxiliá-los a melhor atender às necessidades individuais de seus educandos e assim melhorar suas práticas pedagógicas, promovendo um atendimento com mais qualidade.

Quando se trata da avaliação da aprendizagem, os instrumentos são ferramentas utilizadas para coletar dados sobre a aprendizagem dos educandos, e esses dados devem refletir o estado de aprendizagem alcançado por cada um deles. Por isso, é importante saber interpretar e qualificar a aprendizagem por meio dos dados coletados. O padrão pelo qual se avalia o estado do educando é estabelecido durante o planejamento de ensino, o qual, por sua vez, é sustentado em uma teoria de ensino (Luckesi, 2000). As metodologias e os instrumentos se modificam conforme se alteram as concepções, e a diferença, por vezes, não reside nas metodologias ou nos instrumentos utilizados, mas na finalidade com que são empregados. Por isso, é fundamental ter uma compreensão clara dos princípios que embasam as ações. Os dados dos educandos podem ser registrados com o intuito de classificá-los (concepção classificatória), ou para uma compreensão mais profunda de sua forma de aprender, visando atuar pedagogicamente em seu benefício (concepção mediadora) (Hoffmann, 2015).

As duas últimas perguntas, de número 15 e 16, foram abertas e buscaram saber a opinião dos profissionais envolvidos nos atendimentos do AEE Surdez a respeito de um instrumento norteador para orientar na avaliação do educando surdo e quais habilidades eles julgam importantes serem avaliadas no decorrer dos atendimentos. As respostas estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2- Opinião dos profissionais sobre a necessidade de instrumento norteador para orientar na avaliação do educando surdo

Questões	Respostas
Você poderia descrever em que um instrumento que oriente alguns pontos a serem observados/avaliados no decorrer dos atendimentos com o educando surdo, possa auxiliar na prática docente?	Irá auxiliar o professor a ver quais pontos são importantes de serem observados e escritos no relatório;
	Este instrumento poderá servir para realizar uma avaliação inicial dos alunos e posteriormente outra avaliação, para que estas sejam comparadas e então o professor ter um instrumento de fato da evolução ou não do aluno;
	O professor necessita ter esse instrumento de avaliação, para nortear sua avaliação no decorrer do ano letivo. Saber o que e como analisar;
	Um instrumento bem elaborado poderia colaborar e contribuir na construção dos planejamentos e relatórios, indicando de forma clara quais são os pontos mais importantes a serem observados dentro de cada faixa etária, fazendo com o professor mantenha o foco nas habilidades adquiridas e quais ainda necessitam serem mais trabalhadas.
	Um instrumento de reflexão do processo de aprendizado do aluno e de ensino também, a fim de que o professor também possa refletir acerca de suas práticas pedagógicas, que colaboraram na educação de cidadãos críticos.
	Ótimo;
	Libras é um dos instrumentos de aprendizagem, como o visual-espacial, sendo uma base importante. Porém, antes da Língua de Sinais, o professor surdo como modelo para crianças surdas é essencial. Para os professores surdos, é necessário possuir competência, habilidade, formação e conhecimento na área de Libras. Alguns instrumentos que podem ser utilizados incluem o uso de materiais visuais, abordagens didáticas comunicativas, transmissão de conhecimentos sobre o mundo para as crianças, vídeos em Libras, entre outros. Agora, o processo de avaliação

	precisa acompanhar os resultados e registrar. Sugiro criar um novo modelo para avaliar um surdo, levando em consideração os resultados na aquisição da língua de sinais, desenvolvimento comportamental, percepção, noções sobre as coisas e atividades diárias da vida.
	Ajuda muito antes de avaliar para saber ensinar depois.
Na sua opinião, quais habilidades você julga importante serem avaliadas no processo de aprendizagem do educando surdo no AEE.	Cognitivas, sociais, autoconhecimento e resolução de problemas.
	Linguística, comunicativa, de interação (suas relações); Criatividade; Capacidade de solução de problemas; Liderança; Pensamento crítico; Trabalho em equipe; Adaptabilidade; Saber acessar informações/curiosidade.
	Conhecimento na sua língua e no português na modalidade escrita, além do desenvolvimento social do educando.
	Se o educando conseguiu adquirir os conceitos básicos, aquisição e ampliação de vocabulário, autonomia e independência.
	Linguísticas, cognitivas e comportamentais (atitudinais - linkadas ao aprendizado).
	Ótimo
	Habilidade, eu como professor, penso e "aproveito" usando e combinando com os aspectos linguísticos (fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática), talvez esses processos de avaliação possam me ajudar. Começando pela fonologia e fonética: desenvolvimento da configuração de mãos, identificação de erros fonológicos, percepção dos apontamentos, clareza das expressões faciais, entre outros. Morfologia: compreensão da concordância verbal, habilidade para produzir um ou dois sinais, capacidade de formar sinais compostos, entre outros aspectos. Sintaxe: compreensão da estrutura gramatical, habilidade na produção de frases, contextualização das frases, entre outros. Semântica e pragmática: capacidade de responder a perguntas abstratas, compreensão de metáforas, habilidade comunicativa, narração de histórias (em sequência, como sobre filmes ou fins de semana em casa), compreensão da moral de fábulas ou escopos, apreciação de poesias, interação positiva com os colegas, entre outros. Não é necessário associar todos os aspectos linguísticos, mas eles fornecem uma base que ajuda a dividir as avaliações em etapas, idades, processos, etc.
A avaliação é fundamental no dia a dia para avaliar o educando para depois ter aula de reforço, prática e fazer atividades estratégicas.	

Fonte: Dados da pesquisa.

A questão quinze solicitou que os profissionais descrevessem como um instrumento contendo pontos a serem observados e avaliados no educando surdo poderia auxiliar na prática docente.

A análise das respostas indica que os profissionais consideram que um instrumento de avaliação seria útil para identificar e registrar pontos relevantes no processo de avaliação do educando surdo, facilitando a elaboração de relatórios mais precisos. Foi levantado a possibilidade de que esse instrumento sirva para avaliações iniciais e progressivas. Isso permitirá realizar uma avaliação inicial seguida de outras subsequentes, possibilitando acompanhar a evolução do educando ao longo do tempo e fornecendo ao professor uma visão clara dos progressos ou da ausência deles.

Outro ponto relevante é que um instrumento nortearia a prática docente, auxiliando os professores no que avaliar ao longo dos atendimentos, direcionando, sua prática, definindo melhores estratégias e orientando o caminho a seguir em relação aos aprendizados de seu educando. Além disso, um instrumento poderia contribuir para os planejamentos e relatórios que necessitam ser elaborados ao longo do ano, destacando habilidades essenciais a serem observadas, mantendo o foco dos professores nas habilidades adquiridas e nas que ainda necessitariam ser desenvolvidas.

As respostas exprimem a necessidade de um instrumento norteador que oriente a prática docente, permitindo uma avaliação mais eficaz e uma melhor adaptação do ensino às necessidades individuais dos educandos surdos.

A questão dezesseis buscou identificar quais habilidades os professores consideram importantes de serem avaliadas no processo de aprendizagem do educando surdo no AEE.

A análise das respostas mostra um amplo repertório de habilidades que os profissionais julgam importantes avaliar, as quais poderiam ser incorporadas em um instrumento de avaliação.

Os profissionais destacaram a importância de desenvolver tanto aspectos cognitivos quanto sociais no educando surdo. Além de habilidades linguísticas e comunicativas os professores mencionaram elementos mais amplos, como liderança e adaptabilidade, que são importantes para a integração e desenvolvimento do educando. As respostas também sublinharam a importância do domínio tanto da língua de sinais quanto do português escrito, reconhecendo a necessidade de habilidades de comunicação em ambas as modalidades. Os professores enfatizaram a necessidade de avaliar uma gama de habilidades linguísticas, cognitivas e comportamentais, reconhecendo a interconexão entre elas e seu impacto no aprendizado.

As sugestões dos professores compreendem um conjunto de habilidades que vão desde aspectos linguísticos e cognitivos até habilidades sociais e emocionais, refletindo uma percepção abrangente das necessidades e desafios enfrentados pelo educando surdo no processo de aprendizagem no contexto do AEE. Essas habilidades sugeridas fornecem uma base sólida para a formulação de um instrumento que possa auxiliar o professor a realizar uma avaliação mais completa e eficaz.

## 4.2 PROPOSTA DO GUIA PARA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DE ALUNOS COM SURDEZ NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) - (PRODUTO TÉCNICO)

As percepções dos profissionais do AEE em relação à avaliação dos educandos surdos, somadas as observações empíricas realizadas ao longo de todo processo de ensino e aprendizagem desses educandos, e a análise dos relatórios pedagógicos produzidos pelos professores do CAS entre 2019 e 2023, formaram a base para a construção do Guia para Avaliação Pedagógica de alunos com Surdez no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A criação desse instrumento foi inspirada no Guia Portage de Educação Pré-Escolar, especialmente nos aspectos relacionados à socialização, cognição e linguagem. O Guia Portage é originalmente um instrumento americano, adaptado para a realidade brasileira, renomeado como Inventário Portage Operacionalizado, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos de idade (Quintão, 2020).

No caso do Guia proposto (Apêndice C), o objetivo não é baseado em critérios de idade, mas na detecção das habilidades que o educando possui ou não, para que se desenvolva um trabalho direcionado à aquisição das habilidades necessárias. Muitas das questões presentes nesse instrumento foram aproveitadas e/ou adaptadas do Guia Portage, enquanto outras foram adicionadas com base em observações durante a prática pedagógica e/ou sugeridas pelos professores no instrumento em forma de questionário que foi por eles respondido, além de insights obtidos por meio de leituras sobre habilidades sociais, cognitivas e linguísticas.

O Guia foi concebido com o intuito de auxiliar o professor do AEE na elaboração do seu relatório pedagógico, fornecendo uma base de habilidades que servirão de apoio para a observação do educando e definição do caminho a seguir. Ele não é um instrumento inflexível, pelo contrário, as habilidades sugeridas, podem ser complementadas ou adaptadas a qualquer momento, com a inclusão de outras habilidades que o professor julgue apropriadas.

O instrumento criado apresenta, em ordem, habilidades sociais, cognitivas e de linguagem, além de habilidades relacionadas à libras e ao português na modalidade escrita, diferenciadas pela mudança de tonalidade nas cores de um bloco para outro.

O Guia de Avaliação Pedagógica aqui proposto não deve ser aplicado diretamente ao aluno, mas preenchido pelo professor com base em suas percepções sobre as habilidades do educando durante o primeiro e o segundo semestre de cada ano. Recomenda-se que o professor

realize a primeira avaliação após três meses de atendimento e a refaça após seis meses. Este Guia serve como um recurso para compreender o educando, identificando comportamentos e habilidades, permitindo ao professor aperfeiçoar seu planejamento e direcionar o foco para áreas de aprendizagem que necessitam de maior atenção.

O instrumento possui um espaço para avaliar o educando de forma contínua e progressiva, semestre a semestre. Isso permitirá observar a evolução e diagnosticar as experiências vividas pelo educando ao longo período em que estiver frequentando o atendimento, com o objetivo de produzir um planejamento mais eficaz das atividades, visando alcançar os melhores resultados possíveis.

Algumas habilidades já terão sido adquiridas pelo educando, enquanto outras não. Existem também aquelas que o educando consegue desempenhar em alguns momentos ou somente com a mediação do professor, além das que não foram possíveis observar. No entanto, as habilidades ainda não alcançadas pelos educandos devem ser priorizadas pelos professores e contempladas em seus planejamentos para garantir que os objetivos sejam atingidos.

Os professores terão à disposição uma legenda que facilitará a avaliação do progresso atual do educando. Para responder às perguntas, utilizarão os seguintes marcadores: [S] para indicar que o educando já possui ou realiza a habilidade; [N] para indicar que ainda não possui ou realiza tal habilidade; [AV] para indicar que o educando realiza a habilidade às vezes; [CM] para indicar que realiza a habilidade com mediação do professor; e [ - ] quando não for possível avaliar a habilidade devido ao contexto do trabalho proposto.

É pertinente salientar que o professor não precisa contemplar de uma só vez, na escrita de seu relatório pedagógico, todos os itens que constam no Guia. É essencial destacar os pontos positivos, as habilidades já demonstradas pelo educando e seu progresso, descrevendo os conhecimentos, atitudes e aptidões adquiridas. A relevância está em evidenciar os progressos e mudanças observados, não em pontuar o que o educando ainda não realiza. É fundamental fornecer dados relevantes que evidenciem a real situação da aprendizagem do educando, com foco principal em destacar os aspectos positivos ocorridos em seu desenvolvimento social, cognitivo e linguístico.

Para além do auxílio aos professores, o Guia foi pensando para ser uma ferramenta relevante para FCEE, oferecendo diferentes benefícios para a gestão. Inicialmente ele padroniza os procedimentos de avaliação, garantindo que todos os alunos com surdez sejam avaliados de maneira justa e consistente. Além disso, ao estabelecer critérios para a avaliação pedagógica,

eleva a qualidade do atendimento e do ensino oferecido, proporcionando direcionamentos claros e aumentando a confiança dos educadores em suas práticas pedagógicas e avaliativas.

Ademais, o Guia auxilia na criação de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) mais assertivos e adequados às necessidades individuais dos alunos com surdez; facilita a identificação das áreas de necessidade e dos pontos fortes dos educandos, conduzindo a elaboração de metas e estratégias de ensino personalizadas. Além disso, possibilita o monitoramento contínuo do progresso dos alunos, permitindo ajustes rápidos e eficazes nas estratégias de ensino. O Guia também pode sugerir recursos e adequações que facilitem a avaliação e o aprendizado dos educandos com surdez.

Espera-se que o Guia, elaborado como produto técnico para auxiliar os professores do AEE Surdez e, conseqüentemente, os gestores da instituição, contribua para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é promover mudanças positivas no desenvolvimento e comportamento do educando, possibilitando decisões mais assertivas sobre as melhores alternativas de trabalho para o professor, refletindo positivamente na instituição como um todo.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo a elaboração de um instrumento que auxiliasse os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) na realização da avaliação pedagógica dos alunos com surdez. Buscou-se identificar as percepções dos professores do AEE sobre a avaliação pedagógica dos educandos surdos e definir um conjunto de habilidades e competências a serem observadas e avaliadas durante os atendimentos no AEE, com vistas à elaboração de um Guia que auxilie os profissionais do AEE na construção dos relatórios pedagógicos descritivos.

As respostas obtidas no questionário indicaram que os professores reconhecem a importância de avaliar a aprendizagem dos educandos surdos. Esse reconhecimento não apenas permite observar os progressos individuais dos educandos, mas também identificar áreas que precisam de melhorias e adequar as estratégias de ensino para melhor atender às necessidades dos alunos.

Os profissionais concordaram que a avaliação ideal é qualitativa, valorizando não somente o conhecimento adquirido, mas também os contextos individuais dos educandos e suas experiências de aprendizagem. Esse achado sinaliza uma abordagem pedagógica mais centrada no indivíduo, no seu processo de aprendizagem e no seu desenvolvimento integral, apontando caminhos possíveis em relação aos aprendizados de seus educandos.

Embora alguns professores pareçam não compreender o que precisa ser avaliado durante os atendimentos, denotando a importância de se ter recursos adequados com informações claras que auxiliem os profissionais em sua prática avaliativa, há um consenso sobre a necessidade de observar outras habilidades e competências no educando surdo, além das habilidades linguísticas. Destaca-se a relevância dada às habilidades sociais e habilidades cognitivas, assim como elementos relacionados ao comportamento, proporcionando uma visão mais abrangente dos progressos e necessidades dos educandos, não se restringindo ao desempenho acadêmico, mas servindo de auxílio para identificar as ações necessárias para promover o sucesso acadêmico e social dos alunos.

Observa-se que não existe um modelo de avaliação que seja de conhecimento de todos e sirva de Guia e apoio aos professores. A presença desse modelo, auxiliará os professores a ter uma visão mais clara e abrangente sobre os educandos e, conseqüentemente, contribuiria no desenvolvimento e direcionamento de melhores estratégias de ensino.

Portanto, uma ferramenta estruturada que permita ao professor acompanhar e avaliar a evolução dos educandos ao longo dos atendimentos, e que oriente a prática docente, seria fundamental para personalizar o ensino. Esse instrumento auxiliaria na identificação e registro de pontos relevantes no processo de avaliação, aprimorando as práticas pedagógicas, definindo estratégias eficazes e oferecendo suporte apropriado às necessidades individuais dos educandos. Dessa forma, promoveria um atendimento de maior qualidade e contribuiria para a elaboração de relatórios mais precisos e informativos.

Nas sugestões trazidas pelos profissionais, observa-se um variado repertório de habilidades que eles consideram importantes avaliar no processo de aprendizagem do educando surdo e que, conseqüentemente, poderiam fazer parte de um instrumento de avaliação. Evidenciou-se a importância de desenvolver tanto aspectos cognitivos quanto sociais no educando surdo, incluindo habilidades linguísticas e comunicativas, além de aspectos mais amplos, como liderança e adaptabilidade, que são também importantes para sua integração e desenvolvimento. Foi ressaltada a importância do domínio tanto da língua de sinais (Libras) quanto do português escrito, reconhecendo a necessidade de habilidades de comunicação em ambas às modalidades. Por fim, identificou-se a necessidade de avaliar uma gama de habilidades linguísticas, cognitivas e comportamentais, reconhecendo a interconexão entre elas e seu impacto no aprendizado.

Em resumo, as sugestões dos professores abrangem um conjunto de habilidades que vão desde aspectos linguísticos e cognitivos até habilidades sociais e emocionais. Essas sugestões refletem uma percepção abrangente das necessidades e desafios enfrentados pelo educando surdo no processo de aprendizagem no contexto do AEE. As habilidades indicadas fornecem uma base sólida para a formulação de um instrumento que possa auxiliar o professor a realizar uma avaliação mais abrangente e eficaz.

Com o intuito de instrumentalizar os profissionais do AEE na realização da avaliação pedagógica de educandos surdos, foi desenvolvido um Guia específico para o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esse Guia foi inicialmente proposto ao AEE da área da surdez da FCEE, mas seu conteúdo pode ser aplicado a todos os AEEs da Rede Regular de Ensino que atendem educandos surdos.

O Guia apresenta um conjunto de habilidades que abrange aspectos sociais, cognitivos e linguísticos, além de competências relacionadas à Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ao Português na modalidade escrita. Embora um amplo espectro de habilidades tenha sido abordado neste contexto, sugere-se a expansão do escopo do Guia para incluir competências

adicionais, como habilidades motoras, adaptativas e emocionais, entre outras, conforme as necessidades do atendimento. Além disso, recomenda-se expandir o Guia para outros contextos e tipos de atendimento na área da surdez, incluindo públicos infantil, adulto e surdocegos, incorporando habilidades específicas para cada grupo avaliado.

Além de auxiliar os professores, o Guia foi desenvolvido para ser uma ferramenta relevante para a FCEE, oferecendo diversos benefícios para a gestão. Entre esses benefícios estão a padronização dos procedimentos de avaliação, o que eleva a qualidade do atendimento e do ensino, proporciona direcionamentos claros e aumenta a confiança dos educadores em suas práticas pedagógicas e avaliativas. O Guia também facilita a criação de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) mais assertivos e adequados às necessidades individuais dos alunos com surdez; ajuda a identificar as áreas de necessidade e dos pontos fortes dos educandos, conduzindo a elaboração de metas e estratégias de ensino personalizadas. Além disso, possibilita o monitoramento contínuo do progresso dos alunos, permitindo ajustes rápidos e eficazes nas estratégias de ensino.

Espera-se que o Guia, elaborado como produto técnico para auxiliar os professores do AEE Surdez e, conseqüentemente, os gestores da instituição, contribua para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é promover mudanças positivas no desenvolvimento e comportamento dos alunos, possibilitando decisões mais assertivas sobre as melhores abordagens pedagógicas, o que, por sua vez, refletirá positivamente na instituição como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALYRIO, R. D. **Métodos e técnicas de pesquisa em administração**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/012016/4aa5f2f16e6ed7f41495187a4605181d.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. **A avaliação da aprendizagem como processo interativo: um desafio para o educador**. Rio de Janeiro: Faetec, 2008. Disponível em: <https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/progesus/files/2011/04/BARBOSA-JRA.-Avalia%C3%A7%C3%A3o-da-aprendizagem-como-processo-interativo.pdf>. Acesso em: 04 abril. 2024.

BERNARDO, J. C.; SANTOS, G. C. S. **A organização do trabalho pedagógico no espaço do atendimento educacional especializado**. Revista Pedagógica, v. 22, p. 1-25, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/TI/Downloads/admin,+Pedag%C3%B3gica-v22-2020\\_JaneBernardo\\_organizacao\\_trabalho-1.pdf](file:///C:/Users/TI/Downloads/admin,+Pedag%C3%B3gica-v22-2020_JaneBernardo_organizacao_trabalho-1.pdf). Acesso em: 04 abril. 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: PR, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: PR, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em 02 out. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: PR, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 24 abril. 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202309/confira-o-panorama-dos-surdos-na-educacao-brasileira>. Acesso em 27 set. 2023.

CABRITO, Belmiro Gil. **Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?**. Cadernos Cedes, v. 29, p. 178-200, 2009. Disponível em: [SciELO - Brasil](#)

- Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê? Avaliar a qualidade em educação: avaliar o quê? Avaliar como? Avaliar para quê?. Acesso em: 18 mar. 2024.

CARVALHO, Michele Elias de; CAVALCANTI, Wanilda Maria Alves; SILVA, Josiane Almeida da. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: uma revisão integrativa da literatura**. Revista CEFAC, v. 21, p. e9818, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcefac/a/NSVCzXwCvdzjFMwGPZQG8jG/?format=html&lang=pt> Acesso em 01 maio. 2024.

CIESIELSKI, Laila Fernanda Pulcinelli; DE CAMARGO PALMA, Priscila; CIESIELSKI, Francisco Isaak Nicolas. **Habilidades Sociais e seus impactos nas relações escolares**. Faculdade Sant'ana em revista, v. 7, n. 1, p. 155-172, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/TI/Downloads/2310-Texto%20do%20artigo-6119-1-10-20230827-1.pdf>. Acesso em: 13 abril. 2024.

COSTA, Aline *et al.* **Uma breve reflexão sobre a Avaliação Tradicional**. 2019. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2019/XXIV%20SEMINARIO%20INTERINSTITUCIONAL/Mostra%20de%20Iniciacao%200Cientifica/Ciencias%20Sociais%20e%20Humanidades/RESUMO%20EXPANDIDO/UMA%20BREVE%20REFLEX%20SOBRE%20AVALIA%20TRADICIONAL-%20208957.pdf> Acesso em: 15 jan. 2023.

DE LIMA, Ricardo Franco *et al.* **Dificuldades de aprendizagem: queixas escolares e diagnósticos em um Serviço de Neurologia Infantil**. Revista neurociências, v. 14, n. 4, p. 185-190, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/TI/Downloads/plsoares,+Pages+from+RN+14+04-3-.pdf>. Acesso em: 13 abril. 2024.

DE OLIVEIRA, Juliani Flávia; DE ALCANTARA FERRAZ, Denise Pereira. **Ensino de ciências ao aluno surdo: Um estudo de caso sobre a sala regular, o atendimento educacional especializado e o intérprete educacional**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, p. e22873-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/22873/26077>. Acesso em: 03 set. 2023.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. **A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito**. Educação & Sociedade, v. 26, p. 583-597, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/>. Acesso em: 01 maio. 2024.

FCEE. **Sobre a FCEE**. Disponível em: <https://fcee.sc.gov.br/institucional/sobre-a-fcee> Acesso em: 02 dez. 2022.

FEITOSA, Nathalia Maria de Sousa; SILVA, Érica Dantas da; PIRES, Aparecida Carneiro. **A avaliação da aprendizagem à luz das contribuições de Cipriano Carlos Luckesi**. Revista Teias, v. 24, n. 75, p. 365-371, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/70418/48171>. Acesso em: 04 abril 2024.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir**. Inclusão: revista da educação especial / Secretaria de Educação Especial. v. 5, n. 1, jan/jul – Brasília:

Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52429/1/2010\\_art\\_rvfigueiredo.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52429/1/2010_art_rvfigueiredo.pdf) (ufc.br) Acesso em: 25 nov. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Guia Portage de Educação Pré-Escolar. Disponível em: [https://files.institutoitard.com.br/pdf/Guia\\_Portage\\_Inventario\\_Operacionalizado\\_Escala\\_em\\_PDF.pdf](https://files.institutoitard.com.br/pdf/Guia_Portage_Inventario_Operacionalizado_Escala_em_PDF.pdf). Acesso em: 01 maio. 2024. NÃO SEI COMO CITAR AQUI

HOFFMANN, Jussara. **Avanços nas concepções e práticas da avaliação**. In: Congresso Internacional de Tecnologia na Educação. 2015. p. 1-7. <https://sitee.com.br/sistema1/arquivos/imagens/histogeo/jussarahofman-avaliacao.pdf>. Acesso em 12 nov. 2023.

KRAEMER, M. E. P. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. 2005. <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96974/Maria%20Elizabeth%20Kraemer%20%20Avalia%C3%A3o%20da%20aprendizagem%20como%20con.pdf?sequence=3> Acesso em: 08 jan. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem na escola e a questão das representações sociais**. Eccos Revista Científica, v. 4, n. 2, p. 79-88, 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/715/71540206.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

LUCKESI, C. C. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem**. Revista Pátio, v. 12, 2000. Disponível em: [http://municipios.prod.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2013/4-o-que-e-mesmo-o-ato-de-avaliar-aprendizagem\\_0.pdf](http://municipios.prod.educacao.ba.gov.br/system/files/private/midiateca/documentos/2013/4-o-que-e-mesmo-o-ato-de-avaliar-aprendizagem_0.pdf). Acesso em: 15 jan. 2023.

MEC (Ministério da Educação) (2008). **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 02 out. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2023.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

QUADROS, R.; SCHMIEDT, M. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília, DF: MEC; Seesp, 2006. Disponível em: <http://www.librasgerais.com.br/materiais-inclusivos/downloads/ideias-ensinar-portugues-alunos-surdos.pdf>. Acesso em 01 maio. 2024.

QUINTÃO, c. S. **Inventário Portage Operacionalizado: uma proposta de adaptação para crianças com baixa visão**. São Carlos, SP, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12960/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O-CASSIANA\\_TEXTO%20FINAL%20OK%2002-06.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12960/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O-CASSIANA_TEXTO%20FINAL%20OK%2002-06.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 05 maio. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Programa pedagógico**. São José, SC: FCEE, 2009.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE/SC n. 100, de 13 de dezembro de 2016**. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Florianópolis, SC: [s. n.], 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/TI/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20100\\_%202016-1.pdf](file:///C:/Users/TI/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20100_%202016-1.pdf). Acesso em: 02 out. 2023.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de Educação Especial**. Florianópolis, SC: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). **Diretrizes para o atendimento educacional especializado (AEE) na rede regular de ensino de Santa Catarina** [livro eletrônico] / Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE). – São José/SC: FCEE, 2021. Disponível em: <https://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/biblioteca-virtual/educacao-especial/temas-gerais/1400-diretrizes-para-o-atendimento-educacional-especializado-aee-na-rede-regular-de-ensino-de-santa-catarina/file>. Acesso em: 02 out. 2023.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem**. BOD GmbH DE, 2019. Disponível em: <https://www.gruposummus.com.br/wp-content/uploads/primeiras-paginas/60096.pdf>. Acesso em: 30 abril. 2024.

SANTOS, Dilce Melo; LEAL, Nadja Melo. **Pedagogia de Projetos: práxis pedagógicas como instrumento de avaliação inovadora no processo de ensino aprendizagem**. Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad, v. 6, n. 1, p. 76-87, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/TI/Downloads/admin,+07.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SILVA, Anália Priscila de Almeida; PINTO, Viviane Aparecida; BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. **A avaliação como ferramenta pedagógica: perspectivas do processo avaliativo nos dias atuais a partir do cotidiano de uma escola de Ensino Fundamental de Formiga/MG**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 30, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/30/a-avaliacao-como-ferramenta-pedagogica-perspectivas-do-processo-avaliativo-nos-dias-atuais-a-partir-do-cotidiano-de-uma-escola-de-ensino-fundamental-de-formigamg>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SOLEMAN, C.; BOUSQUAT, A. **Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo?** Cadernos de Saúde Pública, v. 37, p. e00206620, 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n8/e00206620/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

VIANNA, Nubia Garcia et al. A surdez na política de saúde brasileira: uma análise genealógica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1567-1580, 2022.

## APÊNDICE A – Instrumento de Pesquisa (Questionário)

Prezado(a) profissional do Apoio Pedagógico e professor(a) do Atendimento Educacional Especializado (AEE) Surdez do CAS da FCEE/SC,

Gostaríamos de convidá-lo a colaborar com a pesquisa intitulada: “Guia de avaliação pedagógica no Atendimento Educacional Especializado na área da surdez”, que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão (PPGCG) – Mestrado Profissional – da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Você foi selecionado(a) para colaborar com o estudo por ser um profissional da área da surdez, atuante num dos AEEs da FCEE/SC e, por deter conhecimento necessário para participar do estudo.

As pesquisadoras estão disponíveis para esclarecer todas as suas dúvidas antes de sua decisão em participar. Além disso, é importante ressaltar que esta pesquisa será conduzida em conformidade com a Resolução CNS 510/16, que estabelece os preceitos éticos e a proteção aos participantes da pesquisa, assim como outras normativas e legislações aplicáveis, incluindo a observância e cumprimento dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) no tratamento de dados pessoais.

Por gentileza, queira responder às perguntas do questionário de forma voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder ao instrumento, é essencial que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordância em participar da pesquisa, você terá acesso ao questionário.

Ressaltamos que a pesquisa será conduzida de acordo com os procedimentos éticos, visando assegurar a total confidencialidade dos participantes da pesquisa. Será mantido sigilo absoluto sobre suas respostas, portanto, você NÃO será identificado e nem exposto. Não existe resposta certa ou errada, sua resposta deve exprimir a sua percepção sobre o assunto abordado.

Você tem o direito de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer penalidades ou perder eventuais benefícios aos quais possa ter direito.

Contamos com a sua colaboração! Desde já o nosso, muito obrigada!

Fernanda Karen Bruggemann Faucz Andrade - E-mail: [ffaucz@fcee.sc.gov.br](mailto:ffaucz@fcee.sc.gov.br)

Denize Demarche Minatti Ferreira - E-mail: [denize.minatti@ufsc.br](mailto:denize.minatti@ufsc.br)

Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão (PPGCG) – Mestrado Profissional – da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

---

Solicitamos que o participante acesse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível em: \*Link do documento salvo no drive.\*

Declaro que li este documento e obtive do pesquisador todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa.

Concordo em participar da pesquisa.

Não concordo em participar da pesquisa.

### INSTRUÇÕES INICIAIS

As questões a seguir foram elaboradas com o objetivo de conhecer a sua percepção quanto à temática da Avaliação Pedagógica do educando surdo no Atendimento Educacional Especializado. Tais percepções estão sustentadas nos autores Jussara Hoffmann e Cipriano Carlos Luckesi, educadores que tem influenciado as discussões sobre avaliação na educação brasileira, com suas perspectivas e contribuições específicas para o campo.

Você utilizará a Escala *Likert* que varia em sua avaliação de 1 a 5:

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

Tal escala se aplica a questões fechadas e em alguns momentos você será convidado a expor suas opiniões em questões abertas.

#### **Bloco 1- Instrumento de pesquisa (Avaliação da aprendizagem)**

Ao final de cada ano letivo, o professor do AEE Surdez, necessita avaliar os aprendizados de cada um de seus educandos e elaborar um Relatório Pedagógico descritivo. Em relação a esta demanda, responda:

1. A avaliação da aprendizagem do educando é um procedimento necessário e importante na prática educativa.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

2. O professor tem clareza do que avaliar no educando surdo no decorrer dos atendimentos do AEE.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

3. A avaliação do educando no AEE necessita ser qualitativa e proporcionar avanços progressivos.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

4. As avaliações dos educandos devem levar em consideração as aprendizagens adquiridas, dificuldades e experiências vividas pelo educando no decorrer dos atendimentos.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

5. Ao avaliar o educando surdo, deve-se observar **apenas** a evolução dele em relação à aquisição da Libras e do aprendizado do Português na modalidade escrita.

- (1) Discordo totalmente
- (2) Discordo
- (3) Indiferente
- (4) Concordo
- (5) Concordo totalmente

<p>6. Na avaliação do educando surdo, é importante observar outras habilidades e competências além da aquisição da Libras e aprendizado do Português na modalidade escrita.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>7. É importante avaliar <b>habilidades sociais</b> do educando surdo no decorrer dos atendimentos no AEE.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>8. É importante avaliar <b>habilidades cognitivas</b> do educando surdo no decorrer dos atendimentos no AEE.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>9. É importante constar no Relatório Pedagógico descritivo algo sobre o comportamento dos educandos.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>10. O professor do AEE tem facilidade para elaborar um Relatório Pedagógico descritivo do educando surdo no final do ano letivo.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>11. Os professores do AEE conseguem descrever como era o educando surdo antes e depois dos atendimentos prestados, ou seja, conseguem descrever a evolução ocorrida no ano.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>12. O professor do AEE possui um roteiro do que observar ou avaliar no processo de ensino-aprendizagem do educando surdo.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente</p>
<p>13. É importante ter um instrumento que auxilie e norteie o professor do AEE a perceber e identificar a evolução ocorrida em seu educando.</p> <p>(1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente</p>

(4) Concordo (5) Concordo totalmente
14. Um instrumento contendo habilidades e competências a serem observadas durante as interações com o educando, daria mais qualidade ao planejamento e prática docente do professor do AEE.  (1) Discordo totalmente (2) Discordo (3) Indiferente (4) Concordo (5) Concordo totalmente
15. Você poderia descrever em que um instrumento que oriente alguns pontos a serem observados/avaliados no decorrer dos atendimentos com o educando surdo, possa auxiliar na prática docente?  _____
16. Na sua opinião, quais habilidades você julga importante serem avaliadas no processo de aprendizagem do educando surdo no AEE?  _____
<b>Bloco 2 (Dados demográficos e ocupacionais)</b>
Escolaridade  (1) Nível médio (2) Nível superior (3) Especialização (4) Mestrado (5) Doutorado
Gênero  (1) Feminino (2) Masculino
Faixa etária  (1) Até 20 anos (2) de 21 a 25 anos (3) de 26 a 30 anos (4) de 31 a 40 anos (5) de 41 a 45 anos (6) de 46 a 50 anos (7) acima de 50 anos
Cargo no CAS/FCEE.  (1) Professor do AEE Surdez (2) Profissional do Apoio pedagógico
Tipo de vínculo com o CAS/FCEE.  (1) Servidor efetivo (2) Servidor contratado (ACT)
Tempo de trabalho na FCEE:  ( ) Até 1 ano ( ) de 1 a 3 anos ( ) de 3 a 5 anos ( ) de 5 a 10 anos ( ) de 10 a 15 anos ( ) de 15 a 20 anos ( ) acima de 20 anos.

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Título do projeto:** Guia de avaliação pedagógica no Atendimento Educacional Especializado na área da surdez

**Pesquisadora responsável:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira

**Assistente de pesquisa:** Mestranda Fernanda Karen Bruggemann Faucz Andrade

**Local da coleta de dados:** On-line por meio da plataforma *Google Forms*

---

#### Convite

Gostaríamos de convidá-lo a colaborar com a pesquisa intitulada: “Guia de avaliação pedagógica no Atendimento Educacional Especializado na área da surdez”, que está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão (PPGCG) – Mestrado Profissional – da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Por gentileza, queira responder às perguntas do questionário de forma voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder ao instrumento, é essencial que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

As pesquisadoras estão disponíveis para esclarecer todas as suas dúvidas antes de sua decisão em participar. Além disso, é importante ressaltar que esta pesquisa será conduzida em conformidade com a Resolução CNS 510/16, que estabelece os preceitos éticos e a proteção aos participantes da pesquisa, assim como outras normativas e legislações aplicáveis, incluindo a observância e cumprimento dos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei No 13.709, de 14 de agosto de 2018) no tratamento de dados pessoais.

Após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e concordância em participar da pesquisa, você terá acesso ao questionário.

Ressaltamos que a pesquisa será conduzida de acordo com os procedimentos éticos, visando assegurar a total confidencialidade dos participantes da pesquisa. Será mantido sigilo absoluto sobre suas respostas, portanto, você NÃO será identificado e nem exposto. Não existe resposta certa ou errada, sua resposta deve exprimir a sua percepção sobre o assunto abordado.

Você tem o direito de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem sofrer penalidades ou perder eventuais benefícios aos quais possa ter direito.

**Local da pesquisa:** Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS da Fundação catarinense de Educação Especial. Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 | Bairro Nossa Senhora do Rosário | São José | SC | Brasil | CEP 88110-694. Telefone: 48.36644927.

**Objetivo do estudo:** Elaborar um Guia de avaliação pedagógica com um conjunto de habilidades a serem observadas e avaliadas nos educandos surdos no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa será referente apenas ao preenchimento do questionário disponibilizado de forma *on-line*, na qual responderá às perguntas sobre o tema: Avaliação Pedagógica no Atendimento Educacional Especializado. O tempo estimado de resposta ao questionário é de 10 minutos.

**Riscos e desconfortos:** O preenchimento do questionário não acarretará qualquer risco físico para o respondente. Reconhece-se que pode surgir algum desconforto emocional como cansaço, constrangimentos ou aborrecimento durante o preenchimento da pesquisa. É importante ressaltar que o

instrumento utilizado poderá despertar memórias e sentimentos nem sempre confortáveis nos participantes. Destaca-se também que, de maneira remota, pode ocorrer constrangimento pessoal e profissional no caso de quebra involuntária e não intencional do sigilo das respostas apresentadas.

**Minimização de riscos e/ou desconfortos:** Em qualquer uma das circunstâncias mencionadas acima ou em situações desconfortáveis adicionais, você, participante tem a opção de optar por não responder ao questionário sem sofrer prejuízo ou constrangimento. Como a participação é facultativa, basta interromper o preenchimento ou recusar-se a responder. Em caso de dúvidas em relação aos procedimentos ou ao projeto, o respondente pode entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para receber orientação e assistência.

**Benefícios:** Entende-se que sua participação na pesquisa contribuirá para compreensão da visão dos profissionais do AEE frente à avaliação pedagógica, bem como possíveis dificuldades enfrentadas nesse processo e ainda, colaborará com a elaboração do Guia de avaliação pedagógica.

**Acompanhamento e assistência:** Caso haja dúvidas sobre os procedimentos ou o projeto, você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para receber orientação, acompanhamento e suporte. Se surgir algum desconforto emocional decorrido da pesquisa, os pesquisadores se comprometem a encaminhá-lo para uma consulta com um profissional qualificado, além de oferecer acompanhamento durante esse processo, se necessário.

**Métodos alternativos de tratamento e/ou tratamento padrão:** Não se aplica.

**Voluntariedade/direito à desistência:** A sua participação na pesquisa é totalmente voluntária (ou seja, não é obrigatória), ficando resguardado o seu direito à desistência em qualquer momento que desejar. Caso resolva não participar, ou desista de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo de ordem pessoal ou profissional.

**Custos, compensação financeira e ressarcimento:** Sua participação na pesquisa não implicará em nenhuma compensação financeira, ou seja, não será realizado qualquer pagamento pela sua participação. Ainda, as despesas relacionadas à realização desta pesquisa são de responsabilidade exclusiva do pesquisador. Portanto, o participante não terá custos pela sua participação. Contudo, em situações excepcionais e/ou imprevistas, que venham a resultar em despesas extras, o pesquisador ressarcirá integralmente o participante.

**Direito à indenização:** Caso ocorra alguma intercorrência ou dano, resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. Além disso, você tem garantido o direito a solicitar indenização.

**Privacidade, sigilo e confidencialidade:** As informações que você fornecer serão mantidas em total privacidade pela pesquisadora responsável. Em nenhum momento os participantes serão identificados, o anonimato será preservado durante toda a análise dos dados e ao divulgar os resultados da pesquisa.

**Acesso a resultados parciais ou finais da pesquisa:** Os resultados desta pesquisa poderão vir a ser publicados em revistas científicas e/ou em eventos, apresentando apenas resultados obtidos, sem mencionar nomes, instituições ou qualquer informação que possa comprometer sua privacidade. Após cinco anos do término oficial da pesquisa, os dados serão permanentemente removidos, destruídos, através da formatação dos dispositivos de armazenamento.

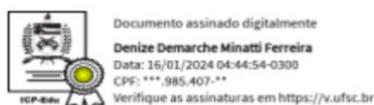
**Informações para contato com pesquisador responsável:** Você poderá entrar em contato a qualquer momento do estudo, com a pesquisadora responsável, Prof.<sup>a</sup> Dra. Denize Demarche Minatti Ferreira, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que venham a surgir no percurso da pesquisa, na Universidade Federal de Santa Catarina- SC/Centro Socioeconômico, no telefone (48) 3721-9897, no

endereço postal: Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, 88.040-900/ Departamento de Ciências Contábeis – CSE, Bloco C, Sala 110. Ou ainda, poderá contatá-la através do e-mail: denize.minatti@ufsc.br.

**Informações sobre CEPSH e formas de contato:** O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, associado à Universidade Federal de Santa Catarina. Apesar da sua vinculação à Universidade, dispõe de autonomia na tomada de decisões. Criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa, assegurando sua integridade e dignidade, além de contribuir no avanço da pesquisa dentro de padrões éticos. É possível contactar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo e-mail [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br), pelo telefone/ Whatsapp (48) 3721-6094 ou pessoalmente na UFSC, no Prédio Reitoria II, na Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400.

**Rubrica, assinatura e número de vias:** Este documento está assinado pela pesquisadora nominado para sua guarda, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa. Tal pesquisadora garante que o participante terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Após leitura você terá a opção de concordar ou não concordar com a realização da pesquisa. Se concordar com os termos deverá clicar na opção “concordo”, liberando posteriormente o acesso ao questionário e, caso não concorde com os termos, poderá clicar na opção “não concordo”, finalizando assim sua participação. Cabe ressaltar que, mesmo que concorde com os termos do TCLE e acesse o questionário, você poderá decidir se deseja continuar ou desistir da pesquisa após conhecer o teor do conteúdo, sem quaisquer penalidades. Destaco ainda, a importância de guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico encaminhado, assim como fará também, o pesquisador proponente da pesquisa.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2024.



Denize Demarche Minatti Ferreira, Dra.  
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C – Produto técnico e/ou prática de controle de gestão

**FERNANDA KAREN BRUGGEMANN  
FAUCZ ANDRADE**



# GUIA

PARA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DE ALUNOS  
COM SURDEZ NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO (AEE)

Fernanda Karen Bruggemann Faucz Andrade

**GUIA PARA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DE ALUNOS COM SURDEZ NO  
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)**

Guia resultante da Dissertação intitulada " Guia para Avaliação Pedagógica de alunos com surdez no Atendimento Educacional Especializado (AEE)", submetida ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Controle de Gestão.

Florianópolis

2024

## **1. ESCOPO DO PROJETO**

Elaboração de um Guia de avaliação para educandos surdos

## **2. OBJETIVO**

O Guia foi concebido com o intuito de auxiliar o professor do AEE na elaboração do seu relatório pedagógico, fornecendo uma base de habilidades que servirão de apoio para a observação do educando e definição do caminho a seguir. Ele não é um instrumento inflexível, pelo contrário, as habilidades sugeridas, podem ser complementadas ou adaptadas a qualquer momento, com a inclusão de outras habilidades que o professor julgue apropriadas.

## **3. DESCRIÇÃO DA CRIAÇÃO DO GUIA**

As percepções dos profissionais do AEE em relação à avaliação dos educandos surdos, somadas as observações empíricas realizadas ao longo de todo processo de ensino e aprendizagem desses educandos, e a análise dos relatórios pedagógicos produzidos pelos professores do CAS entre 2019 e 2023, formaram a base para a construção do Guia para Avaliação Pedagógica de alunos com Surdez no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A criação desse instrumento foi inspirada no Guia Portage de Educação Pré-Escolar, especialmente nos aspectos relacionados à socialização, cognição e linguagem. O Guia Portage é originalmente um instrumento americano, adaptado para a realidade brasileira, renomeado como Inventário Portage Operacionalizado, com o objetivo de avaliar o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos de idade (Quintão, 2020).

No caso do Guia proposto, o objetivo não é baseado em critérios de idade, mas na detecção das habilidades que o educando possui ou não, para que se desenvolva um trabalho direcionado à aquisição das habilidades necessárias. Muitas das questões presentes nesse instrumento foram aproveitadas e/ou adaptadas do Guia Portage, enquanto outras foram adicionadas com base em observações durante a prática pedagógica e/ou sugeridas pelos professores no instrumento em forma de questionário que foi por eles respondido, além de insights obtidos por meio de leituras sobre habilidades sociais, cognitivas e linguísticas.

#### 4. ORGANIZAÇÃO DO GUIA

O instrumento criado apresenta, em ordem, habilidades sociais, cognitivas e de linguagem, além de habilidades relacionadas à Libras e ao Português na modalidade escrita, diferenciadas pela mudança de tonalidade nas cores de um bloco para outro.

O Guia de Avaliação Pedagógica aqui proposto não deve ser aplicado diretamente ao aluno, mas preenchido pelo professor com base em suas percepções sobre as habilidades do educando durante o primeiro e o segundo semestre de cada ano. Recomenda-se que o professor realize a primeira avaliação após três meses de atendimento e a refaça após seis meses. Este Guia serve como um recurso para compreender o educando, identificando comportamentos e habilidades, permitindo ao professor aperfeiçoar seu planejamento e direcionar o foco para áreas de aprendizagem que necessitam de maior atenção.

O instrumento possui um espaço para avaliar o educando de forma contínua e progressiva, semestre a semestre. Isso permitirá observar a evolução e diagnosticar as experiências vividas pelo educando ao longo período em que estiver frequentando o atendimento, com o objetivo de produzir um planejamento mais eficaz das atividades, visando alcançar os melhores resultados possíveis.

Algumas habilidades já terão sido adquiridas pelo educando, enquanto outras não. Existem também aquelas que o educando consegue desempenhar em alguns momentos ou somente com a mediação do professor, além das que não foram possíveis observar. No entanto, as habilidades ainda não alcançadas pelos educandos devem ser priorizadas pelos professores e contempladas em seus planejamentos para garantir que os objetivos sejam atingidos.

Os professores terão à disposição uma legenda que facilitará a avaliação do progresso atual do educando. Para responder às perguntas, utilizarão os seguintes marcadores: [S] para indicar que o educando já possui ou realiza a habilidade; [N] para indicar que ainda não possui ou realiza tal habilidade; [AV] para indicar que o educando realiza a habilidade às vezes; [CM] para indicar que realiza a habilidade com mediação do professor; e [ - ] quando não for possível avaliar a habilidade devido ao contexto do trabalho proposto.

É pertinente salientar que o professor não precisa contemplar de uma só vez, na escrita de seu relatório pedagógico, todos os itens que constam no Guia. É essencial destacar os pontos positivos, as habilidades já demonstradas pelo educando e seu progresso, descrevendo os conhecimentos, atitudes e aptidões adquiridas. A relevância está em evidenciar os progressos e mudanças observados, não em pontuar o que o educando ainda não realiza. É fundamental fornecer dados relevantes que evidenciem a real situação da aprendizagem do educando, com foco principal em destacar os aspectos positivos ocorridos em seu desenvolvimento social, cognitivo e linguístico.

## 5. CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS

Para além do auxílio aos professores, o Guia foi pensando para ser uma ferramenta relevante para FCEE, oferecendo diferentes benefícios para a gestão. Inicialmente ele padroniza os procedimentos de avaliação, garantindo que todos os alunos com surdez sejam avaliados de maneira justa e consistente. Além disso, ao estabelecer critérios para a avaliação pedagógica, eleva a qualidade do atendimento e do ensino oferecido, proporcionando direcionamentos claros e aumentando a confiança dos educadores em suas práticas pedagógicas e avaliativas.

Ademais, o Guia auxilia na criação de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) mais assertivos e adequados às necessidades individuais dos alunos com surdez; facilita a identificação das áreas de necessidade e dos pontos fortes dos educandos, conduzindo a elaboração de metas e estratégias de ensino personalizadas. Além disso, possibilita o monitoramento contínuo do progresso dos alunos, permitindo ajustes rápidos e eficazes nas estratégias de ensino. O Guia também pode sugerir a inclusão recursos e adequações que facilitem a avaliação e o aprendizado dos educandos com surdez.

Espera-se que o Guia, elaborado como produto técnico para auxiliar os professores do AEE Surdez e, conseqüentemente, os gestores da instituição, contribua para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. O objetivo é promover mudanças positivas no desenvolvimento e comportamento do educando, possibilitando decisões mais assertivas sobre as melhores alternativas de trabalho para o professor, refletindo positivamente na instituição como um todo.



Solicita ajuda aos colegas quando está com dificuldades?								
Possui iniciativa?								
Possui autonomia?								
É participativa?								
É curiosa e investigadora?								
É criativa?								
É uma criança tranquila?								
Realiza ações com intencionalidade?								
Faz escolhas quando lhe pedem?								
Busca estratégias para resolver problemas?								
Segue regras de um jogo?								
Segue regras em geral?								
Explica regras de jogo ou atividade a outra pessoa?								
Concentra-se nas atividades?								
Dispersar-se facilmente com sons ou visões irrelevantes?								
Necessita mediação constante?								
Une partes de uma figura para formar o todo?								
Completa/ monta quebra-cabeças?								
Aponta “pequeno” e “grande”, quando solicitado? (ex. livro pequeno/grande.)								
Diz se um objeto é comprido ou curto?								
Diz se um objeto é pesado ou leve?								
Discrimina o diferente em um grupo de iguais?								
Percebe diferenças e semelhanças em objetos? (com base no tamanho, cor, forma, etc)								
Coloca objetos “dentro, fora, em cima, embaixo”, quando solicitado?								
Coloca objetos “atrás, na frente, ao lado ou junto” a outros quando solicitado?								
Identifica sua esquerda e sua direita?								
Tem noções de ontem, hoje, amanhã?								
Tem noções de antes, agora, depois?								
Tem noções de passado, presente e futuro?								
Tem boa memória visual? (retem informações visuais por um período)								
Reconhece seu sinal (identificação na comunidade surda)?								
Informa os sinais dos membros da sua família?								
Informa seu nome quando solicitado?								
Nomeia os membros da sua família?								
Aponta para menino e menina quando solicitado?								
Diz o dia e mês de seu aniversário, quando solicitado?								
Reconhece os dias da semana e sua ordem?								
Reconhece os meses do ano e sua ordem?								
Sabe informar o lugar onde mora? (ex. Seu bairro)								
Sabe seu endereço?								



Aponta para a figura nomeada? (ex. mostre a bola.)									
Nomeia (sinaliza) objetos em figuras ou lugares?									
Aponta para figuras de objetos comuns descritos pelo uso? (O que se usa para comer?)									
Utiliza gestos caseiros pra se comunicar? (ex. gestos próprios)									
Combina Libras e gestos para expressar seus desejos?									
Demonstra interesse na oralização ao invés da Libras?									
Faz tentativas de uso da Libras?									
Mostra interesse no aprendizado de Libras?									
Faz uso do português sinalizado ao invés da Libras?									
Utiliza a Libras para se comunicar?									
Olha atentamente os sinais quando o professor ensina?									
Compreende os sinais e os utiliza para se comunicar?									
Faz uso de classificadores em Libras?									
Tem noção das configurações de mãos? (diferentes formas que as mãos podem ter para executar o sinal)									
Procura realizar de forma correta as configurações de mãos?									
Compreende os pontos de articulação da Libras? (posição em que o sinal deve ser feito)									
Compreende a orientação das mãos na realização de um sinal? (posição da palma da mão)									
Compreende que alguns sinais possuem movimentos e outros não?									
Tem facilidade em compreender o modo como as mãos se movimentam na realização de um sinal?									
Realiza expressões faciais e corporais?									
Conhece o alfabeto manual – Libras?									
Está tendo aquisição de novos vocabulários em Libras?									
Define palavras? (ex. O que é: bola, chapéu, cadeira...)									
Está tendo boa compreensão dos conceitos trabalhados?									
Demonstra organização do pensamento?									
Usa orações compostas por coordenação? (ex. Fui na praia e brinquei na areia)									
Costuma expressar suas ideias e pensamentos sobre suas experiências com o mundo?									
Tem acesso à literatura em sinais? (em Libras)									
Sabe ler os sinais? (São leitores na Língua de Sinais)									
Pergunta o significado de sinais novos?									
Compreende perguntas em Libras?									
Faz perguntas do tipo “O que é isso?” em Libras?									
Responde a pergunta “O que é isso”, com o sinal do objeto?									
Responde à pergunta “Quem?” dando um nome ou sinal? (ex. Quem está com você?)									
Responde à pergunta “Por quê?” com uma explicação? (ex. Por que tomamos banho?)									

Responde perguntas simples envolvendo “Como”. (ex. Como você vai à escola?)									
Responde à pergunta “Qual o contrário de...”(ex. grande/pequeno)									
Responde à perguntas tipo “Onde está o objeto?”									
Compreende um texto narrado em Libras?									
Interpreta um texto curto em Libras?									
Consegue criar frases em Libras?									
Consegue criar histórias em Libras sobre algo solicitado?									
Encontra-se no estágio de um sinal na aquisição da Libras?									
Encontra-se no estágio das primeiras combinações na aquisição da Libras?									
Encontra-se no estágio das múltiplas combinações na aquisição da Libras?									
Conhece o alfabeto em português?									
Conhece a sequência do alfabeto?									
Conhece as vogais?									
Conhece as consoantes?									
Faz relação entre letras maiúsculas e minúsculas?									
Escreve seu nome quando solicitado?									
Sabe escrever seu nome completo?									
Está alfabetizado?									
Apresenta letras espelhadas?									
Demonstra interesse pelo aprendizado do português?									
Pergunta o significado de novas palavras no português?									
Mostra compreensão do plural na escrita?									
Relaciona a escrita da palavra com o desenho do objeto ou da ação representada?									
Relaciona o sinal em Libras com a palavra escrita?									
Relaciona a palavra, com a representação através do alfabeto datilológico (alfabeto em Libras)?									
Seu nível de leitura está no concreto – sinal?									
Seu nível de leitura está no desenho – sinal?									
Seu nível de leitura está no desenho – palavra escrita?									
Seu nível de leitura está no alfabeto manual – sinal?									
Seu nível de leitura está no alfabeto manual – palavra escrita?									
Consegue fazer leitura das palavras escritas no texto?									
Compreende perguntas no português escrito?									
Consegue ler e compreender um texto escrito?									
Compreende as ideias principais de um texto lido?									
Interpreta um texto curto em português?									
Consegue produzir algo na escrita?									
Forma palavras?									
Sabe construir uma frase?									
Consegue produzir (escrever) pequenas mensagens?									



## ANEXO A – Parecer CEP/SH/UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA ÁREA DA SURDEZ.

**Pesquisador:** DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 76320423.2.0000.0121

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Santa Catarina

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.669.211

**Apresentação do Projeto:**

Este projeto faz parte da dissertação de Fernanda Karen Bruggemann Faucz Andrade, sob orientação da Profa. Denize Demarche Minatti Ferreira, junto ao PPG em Planejamento e Controle de Gestão.

A perspectiva da educação inclusiva expandiu entre o final do século XX e início do século XXI, sendo influenciada pelos discursos de democratização da escola e universalização da educação básica. Desde então, percebeu-se a necessidade de projetos educacionais em que o acesso à educação fosse garantido a todos, com expansão de acesso à escola como forma de inclusão social das minorias que, até então, não tinham oportunidades educacionais e sociais (BERNARDO; SANTOS, 2020). Ainda segundo os mesmos autores, é importante articular o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Tal necessidade reside em um trabalho colaborativo, com compartilhamento de saberes e experiências; ações conjuntas para levantarem alternativas pedagógicas que contribuam para a inclusão dos alunos, identificando limites e possibilidades; criar estratégias e materiais didáticos adequados; além da avaliação e do acompanhamento do desenvolvimento dos alunos no percurso escolar. De acordo com a Resolução nº 4 de 2009 (2 de outubro de 2009), alunos com deficiência (que possuem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial), são considerados público-alvo do AEE. Deste

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.669.211

modo, incluem-se nesse contexto, os educandos surdos, que tem na Lei nº 10.436/02, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras), como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda do Brasil, e que posteriormente, passa a ser regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05. Oliveira e Ferraz (2021) ressaltam que as escolas regulares devem assegurar aos educandos surdos uma Educação Especial dentro da perspectiva inclusiva mediante o acesso ao AEE, bem como educação bilíngue com presença do Intérprete Educacional (IE). Nessa concepção de educação bilíngue, o AEE na área da surdez do estado de Santa Catarina, tem como objetivo principal o ensino de duas línguas aos educandos surdos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita. Nessa perspectiva, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) em sua estrutura organizacional possui o Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), que promove ações voltadas ao sujeito surdo, buscando oportunizar um atendimento de qualidade, numa abordagem bilíngue, que visa incentivar as trocas e interações sociais e respeite a experiência visual e linguística desse sujeito surdo, resultando em uma comunicação eficaz e fluente que refletirá no seu desenvolvimento. Um dos serviços ofertados no CAS aos educandos surdos é o AEE Surdez, que na sua composição está desmembrado em AEE Libras e AEE Português e tem como foco principal o ensino da Libras como primeira língua (L1) e do português escrito como segunda língua (L2), com vistas no desenvolvimento linguístico, cognitivo e social do educando surdo. No decorrer de todo o trabalho desenvolvido no processo de ensino e aprendizagem do educando surdo, os profissionais que fazem parte do AEE Surdez necessitam avaliar como acontece o aprendizado dos educandos surdos e a aquisição das duas línguas, além do desenvolvimento global desse sujeito. De acordo com as Diretrizes para o AEE na Rede Regular de Ensino de Santa Catarina, os profissionais que compõe esse serviço contam com um rol de atribuições que facilitam a compreensão do trabalho a ser desempenhado. Dentre as funções a serem executadas pelos profissionais do AEE Surdez está a elaboração anual do relatório descritivo e individual de cada educando surdo e sua evolução, bem como, os aprendizados, o nível linguístico, além de todo o trabalho desenvolvido por ele (SANTA CATARINA, 2021). Entretanto, mesmo que os profissionais tenham clareza de suas atribuições, que consigam desempenhar seu trabalho e percebam que seus educandos surdos apresentam evolução no seu processo de ensino-aprendizagem, por meio de observações empíricas, os profissionais vêm demonstrando dificuldades na elaboração desse relatório pedagógico. Tais dificuldades perpassam pela identificação do que deve compor o relatório descritivo e individual, das habilidades que precisam ser contempladas, observadas e avaliadas e por fim, como está ocorrendo o aprendizado da Libras e do Português escrito de cada

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.669.211

educando surdo. Diante desse contexto, por meio da identificação das dificuldades enfrentadas pelos profissionais e da detecção de um conjunto de habilidades a serem observadas e avaliadas no decorrer dos atendimentos, a problemática que se busca responder é: Como instrumentalizar os profissionais do AEE na realização da avaliação pedagógica dos educandos surdos?

A pesquisa pretende explorar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do AEE na avaliação pedagógica dos educandos surdos e, conseqüentemente, na elaboração do relatório descritivo individual. Tal pesquisa visa por meio da coleta de dados, observar, registrar, analisar, ordenar e descrever as dificuldades encontradas pelo grupo de profissionais que compõem o AEE surdez em relação à avaliação pedagógica do educando surdo. Deste modo, incorpora a aplicação de técnicas padronizadas de coleta de dados, neste caso, em modelo de questionário, assumindo a forma de levantamento. Tem-se ainda um planejamento que compreende a estruturação, previsão de análise e interpretação dos dados coletados, considerando o ambiente em que são coletados e as estratégias de controle das variáveis envolvidas (PRODANOV E FREITAS, 2013). O objeto de pesquisa deste estudo são os professores do AEE e profissionais de apoio pedagógico do CAS e a opção por este grupo de investigação se dá por serem profissionais que desempenham suas funções diretamente com o público surdo do setor, atendendo, avaliando e orientando as práticas pedagógicas. O questionário será aplicado aos oito profissionais que compreendem 100% da população de profissionais que lidam diretamente com os atendimentos e avaliações dos educandos surdos nesse setor da instituição. O levantamento por informações se dará por meio da identificação das obras existentes que seriam fontes potenciais para contribuir com a pesquisa. A coleta de dados envolverá a obtenção de informações tanto em livros quanto em fontes online e literatura impressa que reúne publicações relacionadas a pesquisa em questão. Para contribuir com a resposta ao problema de pesquisa será realizada a aplicação de questionário em formato eletrônico – Google Docs, junto aos professores e profissionais de apoio pedagógico do CAS. O primeiro bloco será composto por questões voltadas à percepção das dificuldades no processo de avaliação do educando surdo. As respostas dos profissionais serão coletadas utilizando uma escala tipo Likert, com cinco níveis de concordância, variando de "concordo totalmente" a "discordo totalmente". Os respondentes serão instruídos a responder cada item utilizando uma escala de 1 a 5, onde 1 representa discordância total e 5 representa concordância total com a afirmativa contida no item. O segundo bloco é composto por dados demográficos e ocupacionais, que visam identificar o perfil dos profissionais participantes da pesquisa.

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.669.211

**Objetivo da Pesquisa:****Objetivo Primário**

Elaborar um guia de avaliação pedagógica com um conjunto de habilidades a serem observadas e avaliadas nos educandos surdos no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

**Objetivo Secundário**

Para a conclusão do objetivo primário são propostos:

- a) Identificar as dificuldades enfrentadas pelos profissionais do AEE na avaliação pedagógica do processo de aprendizagem do educando surdo;
- b) Definir as habilidades a serem observadas/avaliadas do educando surdo;
- c) Elaborar um guia para auxiliar os profissionais do AEE na elaboração do relatório pedagógico descritivo.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:****Riscos**

Quanto aos riscos relacionados à participação, é relevante salientar que o preenchimento do questionário não acarretará qualquer risco físico para o respondente. Reconhece-se que pode surgir algum desconforto emocional como cansaço, constrangimentos ou aborrecimento durante o preenchimento da pesquisa. Ainda, é importante ressaltar que o instrumento utilizado poderá despertar memórias e sentimentos nem sempre confortáveis nos participantes. Destaca-se também que, de maneira remota, pode ocorrer constrangimento pessoal e profissional no caso de quebra involuntária e não intencional do sigilo das respostas apresentadas. Em qualquer uma das circunstâncias mencionadas acima ou em situações desconfortáveis adicionais, o participante tem a opção de optar por não responder ao questionário sem sofrer prejuízo ou constrangimento. Como a participação é facultativa, basta interromper o preenchimento ou recusar-se a responder. Em caso de dúvidas em relação aos procedimentos ou ao projeto, o respondente pode entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento para receber orientação e assistência. Salienta-se ainda a garantia da privacidade, assegurando que os participantes da pesquisa não serão

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 6.669.211

identificados em nenhum momento, mesmo durante a divulgação dos resultados em qualquer formato.

#### Benefícios

Um guia para a avaliação pedagógica dos educandos surdos no Atendimento Educacional Especializado (AEE) traria diversos benefícios tanto para os profissionais envolvidos quanto para os próprios educandos, tais como: (i) abordagem padronizada na avaliação pedagógica, (ii) identificação de dificuldades específicas enfrentadas pelos profissionais na avaliação que permite uma abordagem direcionada para superar obstáculos específicos, melhorando a eficácia do processo, (iii) aprimoramento da comunicação ao incluir orientações sobre como avaliar o aprendizado da Libras e do Português escrito, (iv) os profissionais teriam no guia, um recurso prático para orientar a elaboração do relatório pedagógico descritivo, reduzindo a incerteza e proporcionando uma estrutura clara para comunicar os resultados e (v) padronização e clareza resultando em uma execução mais eficiente do AEE, permitindo que os profissionais concentrem seus esforços no suporte direto aos educandos. Destaca-se que o guia busca aprimorar a avaliação para contribuir significativamente para o desenvolvimento educacional dos educandos surdos, promovendo um ambiente inclusivo e adaptado às suas necessidades específicas, além de superar as dificuldades identificadas, estabelecer bases para um processo de avaliação mais eficiente, preciso e centrado no desenvolvimento integral dos educandos surdos.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Ver item " Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto assinada por Denise Demarche Minatti Ferreira, como pesquisadora principal, e Valmir Emil Hoffmann, como coordenador do PPG em Planejamento e Controle de Gestão.

Apresentada a anuência da Presidente da Fundação catarinense de Educação Especial, Jeane Rauh Probst Leite.

No orçamento, não consta previsão de gastos.

Foi apresentado o questionário com 24 questões junto com o TCLE.

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC**



Continuação do Parecer: 6.669.211

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Parecer

=====

Foram atendidas as solicitações e sugestões do parecer anterior.

Projeto aprovado!

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2221955.pdf	19/01/2024 11:07:21		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_FernandaFaucz_V2.pdf	19/01/2024 11:06:58	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FernandaFaucz_V2.pdf	19/01/2024 11:06:43	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	04/12/2023 17:28:16	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DECLARACAO_Prof_Emil_FernandaFaucz_FCEE.pdf	04/12/2023 17:01:34	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodepesquisadores_FernandaFaucz_FCEE.pdf	04/12/2023 16:58:00	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_FernadaFaucz_FCEE.pdf	04/12/2023 16:57:46	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_FernandaFaucz_FCEE.pdf	04/12/2023 16:54:02	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto__FernandaFaucz_FCEE.pdf	04/12/2023 16:53:47	DENIZE DEMARCHE MINATTI FERREIRA	Aceito

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 6.669.211

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

FLORIANOPOLIS, 26 de Fevereiro de 2024

---

**Assinado por:**  
**Nelson Canzian da Silva**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 701  
**Bairro:** Trindade **CEP:** 88.040-400  
**UF:** SC **Município:** FLORIANOPOLIS  
**Telefone:** (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br